



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

JOSÉ MATHEUS SOUSA JOVEM DE ARAÚJO

**HETEROCLASSIFICAÇÃO DE COR:
ASSENTOS DE NASCIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DO NEGRO(A) EM TERRITÓRIO
BRASILEIRO**

**CAMPINA GRANDE
2024**

JOSÉ MATHEUS SOUSA JOVEM DE ARAÚJO

**HETEROCLASSIFICAÇÃO DE COR:
ASSENTOS DE NASCIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DO NEGRO(A) EM TERRITÓRIO
BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de monografia apresentado ao Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Gildivan Francisco das Neves

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663h Araújo, Jose Matheus Sousa Jovem de.

Heteroclassificação de cor [manuscrito] : assentos de nascimento e a construção da identidade étnico-racial do negro(a) em território brasileiro / Jose Matheus Sousa Jovem de Araújo. - 2024.

79 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Grad. Gildivan Francisco das Neves, Departamento de História - CEDUC".

1. Heteroclassificação. 2. Identidade. 3. Miscigenação. I. Título

21. ed. CDD 305.896

José Matheus Sousa Jovem de Araújo

HETEROCLASSIFICAÇÃO DE COR:
Assentos de nascimento e a construção da identidade étnico-racial do
negro(a) em território brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso em
forma de monografia apresentado ao
Curso de História da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de licenciado
em História.

Aprovada em: 05/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Gildivan Francisco das Neves
Prof. Dr. Gildivan Francisco das Neves (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão

Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Alcione Ferreira da Silva

Profa. Me. Alcione Ferreira da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

O sentimento de gratidão é atrelado a ideia de missão cumprida, consegui chegar até aqui, tudo graças ao Eterno, a Providência Divina, o Deus das escrituras sagradas, da Bíblia ao qual me foi dado graça em crer. E não pararemos por aqui, se um dia as dúvidas, incertezas e os medos se fizeram presentes nesta caminhada, devo e não é pouco a todas as pessoas que citarei, por aqui. Todas tiveram grande participação e são importantes tanto nesta trajetória acadêmica quanto na minha vida pessoal.

A minha mãe, Maria das Graças Sousa que nunca mediu esforços para me dar condições de estar buscando meus desejos e sonhos, e olhe que nada foi fácil, a minha irmã Esther Sousa Jovem de Araújo, a primeira a levar o sobrenome da família a uma conclusão de curso e a ser formada, e a me direcionar como inspiração para continuar e sempre persistir.

Atribuo agora nomes de amigos que fizeram muito por mim, me proporcionando experiências e memórias, ou conversas revigorantes em demasiados momentos desta vida de intempéries.

Itiel Vítor Almeida Crispim, Raphael Vieira Sampaio, Álef Ádonis dos Santos Carlos, Camilla Jessy Alves Silva, Ruth Hellen Melo Lycarião, Rúbia Dayane Vieira Sampaio, Emmily Guimarães Lima Oliveira, Débora Ruana, Alvaro Aquino, Wendel Aguiar, Esdras Almeida, Ronaldo Rodrigues, Julianne Carolinne Ribeiro Dias, Eduardo de Farias Santos, Thais Karollayne Balbino Barros, Maíra Luísa Silva de Alcântara, Magdyele Beatriz Pereira Santos, Rafaela Silva Galdino, Débora Ruana, Ana Vitória Imperiano da Silva, Bruno Emanuel Herculano da Silva, Andressa Pinheiro Santos Ataíde, Maria Eduarda de Souza Martins, Vitória Gabriela Jorge Nóbrega, Laura Silva Oliveira, Mirelle Vitória da Silva Limeira, Davi dos Santos Ribeiro.

RESUMO

A elaboração desta pesquisa foi formulada por um questionamento muito íntimo acerca do fato da heteroclassificação de cor, um acontecimento que guiado por meio da institucionalização em legislações cívicas do século XX, formalizou a classificação de cor/raça em certidões de nascimento dos indivíduos da nação. Nosso objetivo geral esteve baseado em analisar de que modo a heteroclassificação de cor nos assentos das certidões de nascimento a partir da inserção nas legislações cívicas posteriores ao código civil de 1916, contribuem na formação e construção de uma identidade étnico-racial. Os nossos objetivos específicos se constituíram em discutir a construção da identidade individual e sua relação com uma autoclassificação e uma heteroclassificação de cor; problematizar a inserção de cor/raça nas certidões de nascimento como um componente heteroclassificador a partir do código civil de 1916 e as legislações cívicas posteriores; e indagar sobre a heteroclassificação de cor em detrimento da construção de uma identidade étnico-racial do ser cidadão. Porém, como arquétipo da esquematização teórica deste trabalho, nossos olhares foram guiados por meio do direcionamento de Nascimento Júnior (2020) e Paulo Edison de Oliveira (2017) acerca do fato da heteroclassificação de cor, fundamentados na percepção do pensar e sentir na construção da identidade coletiva e individual orientados pelas reflexões de Carvalho, Borges e Rêgo (2010) e Correa (2017) em detrimento do interacionismo simbólico e Nicolazzi (2015) através da percepção sobre as Mentalidades, e ainda sobre as problematizações de MUNANGA (1999) acerca das circunstâncias psicossociais dos indivíduos da nação nas relações sócio-raciais. Em nosso método de investigação, nos atrelamos à abordagem qualitativa e utilizamos orientados pelas reflexões de Alberti (2004) e Ferreira (2002) a história oral como ferramenta metodológica, a fim de sermos conduzidos por um modo de pensar hermenêutico, atrelado a ideia do indivíduo como valor, para que o compartilhamento subjetivo produzido pelo documento da história oral, no caso, a percepção subjetiva de indivíduos se tornem inteligíveis. Obtendo desta forma a compreensão acerca do fato da heteroclassificação de cor, enquanto contribuição da construção da identidade étnico-racial do ser cidadão brasileiro, ela pouco percebida na esfera prática, porém, concebida no entrelace da esfera simbólica e a partir daí fomentando a percepção prática.

Palavras-chave: heteroclassificação, identidade, miscigenação, história

ABSTRACT

The elaboration of this research was formulated by a very intimate questioning about the fact of heteroclassification of color, an event that, guided by institutionalization in civic legislation of the 20th century, formalized the classification of color/race in birth certificates of individuals in the nation. Our general objective was based on analyzing how the heteroclassification of color in birth certificates, following its inclusion in civic legislation subsequent to the civil code of 1916, contributes to the formation and construction of an ethnic-racial identity. Our specific objectives were to discuss the construction of individual identity and its relationship with self-classification and heteroclassification of color; problematize the insertion of color/race in birth certificates as a heteroclassifying component based on the 1916 civil code and subsequent civic legislation; and inquire about the heteroclassification of color to the detriment of the construction of an ethnic-racial identity in being a citizen. However, as an archetype of the theoretical schematization of this work, our views were guided by the guidance of Nascimento Júnior (2020) and Paulo Edison de Oliveira (2017) regarding the fact of heteroclassification of color, based on the perception of thinking and feeling in the construction of collective and individual identity guided by the reflections of Carvalho, Borges and Rêgo (2010) and Correa (2017) to the detriment of symbolic interactionism and Nicolazzi (2015) through the perception of Mentalities, and also on the problematizations of Munanga (1999) about the psychosocial circumstances of the nation's individuals in socio-racial relations. In our research method, we are linked to the qualitative approach and, guided by the reflections of Alberti (2004) and Ferreira (2002), we use oral history as a methodological tool, in order to be guided by a hermeneutic way of thinking, linked to the idea of the individual as a value, so that the subjective sharing produced by the oral history document, in this case, the subjective perception of individuals, becomes intelligible. In this way, obtaining an understanding of the fact of heteroclassification of color, as a contribution to the construction of ethnic-racial identity in being a Brazilian citizen, it is little perceived in the practical sphere, however, conceived in the intertwining of the symbolic sphere and from there promoting practical perception.

Key-words: heteroclassification, identity, miscegenation, history.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 IDENTIDADE: UM CONCEITO, UMA IDEIA, UMA CONSTRUÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA	16
2.1 Uma ótica sobre Identidade	16
2.2 Miscigenação: Um olhar para o futuro, um desgosto do passado e um desalento no presente	20
2.3 Um fato incompreensível a ser consultado: a heteroclassificação de cor ...	23
3 IDENTIDADE NEGRA: O ELEMENTO DE ROMPIMENTO PARALELO À CULTURA DE SUBALTERNIDADE NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	28
3.1 Caleidoscópio Historiográfico.....	28
3.1.1 Combinações em ajustes à primeira lente.....	30
3.2 LC = 1931-1937.....	31
3.3 LC = 1938-1944.....	34
3.4 LC = 1945-1964.....	36
3.5 LC = 1978-1988.....	40
4 O REVERBERAR DA HETEROCLASSIFICAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DAS IDENTIDADES INDIVIDUAIS	44
4.1 Sensibilidade da memória.....	45
4.2 Números que narram histórias.....	46
4.3 Vidas em memória.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
FONTES.....	74
ANEXOS - Parecer Consubstanciado do CEP	76

1 INTRODUÇÃO

Uma das características da identidade nacional brasileira é entendida sócio-culturalmente devido a sua diversidade étnico-racial existente em seu processo de construção enquanto nação. Mas essa configuração não foi um quadro pintado por uma representação passiva e ordeira.

A história da nação em sua construção identitária é demasiadamente conhecida por processos conturbados em detrimento dos três recortes periódicos, o colonial, o imperial e a república, onde o ser nativo(a), o colono branco(a) e o escravizado africano negro(a), se mostram como modelos para a pintura manchada, que se apresentam como um arquétipo de união identitária, onde na ambivalência do real e do ideal, a representação nacional se encontrou no processo de miscigenação.

O desenvolvimento sócio-cultural da nação é alicerçado e exemplificado na ideia constituída de democracia racial que hoje costumeiramente compreendemos como mito¹, que chegou a reverberar com intensidade a partir da década de 1930 e que limitou consideravelmente o entendimento real do quadro das relações raciais na esfera nacional, pois condicionava que a ideia de miscigenação, impossibilitaria o preconceito racial e as desigualdades sociais por causa da diferença étnico-racial.

Em relação à miscigenação, o entendimento das ideias produzidas durante a mudança do regime político-estatal, com o fim do império e a chegada do regime republicano até a década de 1930, uma designação foi concebida. As questões raciais entendidas enquanto questões biológicas passaram a ser ampliadas enquanto parte de uma esquematização ideológica. O racismo à brasileira ficou conhecido posteriormente como um preconceito “velado”, um racismo de marca ou racismo de cor², em um projeto de branqueamento. Na esfera social as construções sócio-identitárias foram sendo formuladas, produzidas e transformadas guiadas por essas circunstâncias de ambiguidade de preconceitos e busca de direitos, de afirmação e culpa, e de orgulho e não reconhecimento.

¹ Compreendemos aqui a referência perante a concepção de mito da democracia racial guiado pelo debate feito por Kátia Regina de Souza Lima, ao problematizar o conceito pela ótica de Florestan Fernandes, mesmo tendo em mente que a obra de Gilberto Freyre foi uma afirmação contra os ideais eugenistas que se propagavam em sua época, reconhecemos que o desdobramento de sua concepção conceitual fomentou um não reconhecimento da real situação das relações raciais no Brasil. Lima KR de S. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. *Rev katálysis* [Internet]. 2017 Sep;20(3):353–62. Available from: <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p353>.

² Nogueira, O. (2007). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, 19(1), 287–308. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>> Acesso em 12/03/2024.

A busca por uma identidade nacional vislumbrou-se com o esquecimento de uma não aceitação dos pares que a constituíram, e em decorrência desse fato, a reprodução desse projeto “nacional” se assemelhou ao contexto histórico em reprodução, onde por conta do fator de subjugação étnico-racial concebido a partir do papel sócio-cultural do colono português para com os nativos indígenas e os povos africanos tornados escravizados, caracterizou-se uma relação de afirmação identitária, propondo um processo de assimilação ou aculturação forçada sendo ressignificada, concebendo uma des-etnização de indígenas e negros.³

Esse processo foi a base para um desenvolvimento, especificamente em coletividades negras, aquilo que chega a problematizar MUNANGA (1999, p. 10) ao discutir sobre o processo de branqueamento da nação, afirmando que:

Seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na ‘negritude e na mestiçagem’, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior.⁴

A partir do que fala MUNANGA (1999) compreendemos como este projeto para a sociedade nacional “falhou”, no caso o branqueamento da nação; não concretizando o apagamento visível do elemento negro na sociedade, mas ao qual direcionou condições psicossociais abrangentes nos “indivíduos de cor” do Brasil. Isto, retardando a discussão acerca das identidades individuais e coletivas e conduzindo à construção de uma identidade nacional, onde também a percepção dos problemas produzidos socialmente pelas questões entendidas enquanto biológicas se condicionaram enquanto ideológicas.⁵

Entre os anos de 1888 e 1889, quando da abolição da escravatura e proclamação da república, respectivamente, o desenvolvimento nacional fora paulatinamente marcado por uma desigualdade existente, já que o intento da mudança de regime político configurou-se como sendo uma elaboração de um predomínio da elite existente branca, perante o ser de cor recém

³ O conceito de des-etnização é cunhado da problematização feita por Maria Bassanezi (2017), quando tem por finalidade fazer-nos pensar sobre a perda, o esquecimento ou uma sincretização da identidade étnico-racial quando relaciona os processos de afirmação de uma identidade e os processos de assimilação nas relações sociais. Bassanezi, M. S. C. B. (2017). Identidades em construção. Revista Brasileira De Estudos De População, 34(1), 186/7.

⁴ MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 10

⁵ Atribuímos aqui as questões biológicas pois no recorte temporal do século XX, as questões de raça eram compreendidas como hierarquizações biológicas e não como construções sócio-biológicas, no caso, conjecturas científicas não comprovadas como verdades científicas, mas tidas como se fossem.

liberto.⁶ Com isso, a representação da identidade étnico-racial que se buscava configurar como sendo a identidade nacional, se constituiu de maneira consistentemente branca em contraponto com o preto liberto e o miscigenado, este, oriundo da relação assimilada de etnicidade biologicamente produzida, a partir de relações entre branco-indígena e branco-preto.

O caminho em busca da idealização de igualdade e representatividade com intuito de equiparar ou configurar a identidade nacional como sendo miscigenada, colocando amostra a identidade étnico-racial em protagonismo, só passou a ser visível de maneira mais concreta através do artigo 5º da Constituição Federal brasileira de 1988, onde afirma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...” (Brasil, 1988,sp). Já o inciso IV assevera: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.⁷

Então, o que anteriormente era um padrão de segregação identitária passou a ser ideal e legalmente na constituição a busca de uma igualdade identitária. Mas um aspecto chama a atenção: a configuração racial ou uma identidade étnico-racial individualizada, parece permanecer apagada perante a assimilação nacional de identidade unificada e não somente isto, ela se propõe a não considerar as intempéries produzidas historicamente pela lástima e estigma produzidos através do marco da escravidão e suas reproduções sócio-ideológicas.⁸

Anteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988, uma das institucionalizações que classificavam a identidade étnico-racial do ser nascido em território brasileiro fora a inserção de cor em certidões de nascimento. Os registros cívicos que tem seu início através da regulamentação do Estado brasileiro em decreto ainda do período imperial, com a legislação 5.604 de abril de 1874, mas que não apresentavam ainda a obrigatoriedade do quesito cor para a completude do documento.

A orientação perante a legislação, formaliza de maneira geral o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos, considerando como funcionalidade uma oficialização cívica em detrimento dos registros que anteriormente eram guiados e feitos pela igreja católica. Vemos

⁶ As afirmações de intelectuais sobre a vida dos negros e mestiços no Brasil após a abolição, problematizando que, estes indivíduos não só permaneceram em cheque, no caso, abandonados ao acaso pelo estado, como também, tiveram ampliados sobre si mesmos o estigma, o preconceito e as consequências decorrentes dos mais de 300 anos do sistema escravocrata nacional.

⁷ Brasil. [Constituição (1988)]

⁸ Não falamos aqui, nos direcionando por uma referência ao conceito de dívida histórica, mas no fato do apagamento e silenciamento dos males produzidos pelo histórico da escravidão e de seus desdobramentos sócio-culturais em diferentes esferas da sociedade nacional.

que esta institucionalidade de registros cívicos, ainda é guiada pela configuração sócio-histórica da temporalidade imperial, um momento em que nem a abolição era de fato existente. Entretanto, não é na temporalidade imperial que a classificação de cor será inserida no registro cívico, somente a partir da configuração elaborada pelo código civil de 1916, que através do decreto de nº 18.542, de 24 de Dezembro de 1928 que se perpetua através do decreto de nº 4.857, de 9 de Novembro de 1939, em seu artigo 68, inciso 2º, e que permanece no Decreto-Lei nº 1.000 de 21/10/1969, no seu artigo 58, inciso 2º e também na lei de número 6.015 de 31/12/1973 em seu artigo 55, inciso 2º .

Em vista disso, o objeto de estudo dessa pesquisa tem por finalidade as ressonâncias da heteroclassificação de cor nos assentos das certidões de nascimento para a formação e construção de uma identidade étnico-racial. Ela surgiu derivado de algumas reflexões muito íntimas acerca da identidade étnico-racial do ser negro no Brasil e seu lugar enquanto pertencente a essa sociedade, mas também, quando em um episódio familiar, foi preciso ditar alguns termos alocados na certidão de nascimento da minha mãe, nascida em 1959, para uma atualização de seu documento de identidade, onde fora percebido o elemento cor entre as letras da documentação, constatando assim a presença de um componente na documentação cívica de maneira comparada, não reconhecido em práticas recentes.

Porém, ela ganhou corpo quando nos deparamos com a prática da inserção do componente cor nas certidões de nascimento a partir das legislações posteriores ao código civil de 1916 verificadas por curiosidade em arquivos digitais da câmara dos deputados⁹, uma prática que veio a ser denominada como heteroclassificação ou também heteroidentificação de cor/raça, nos fazendo perceber que o fato era uma prática situada em um contexto histórico e respaldado por uma legislação.

Portanto, nesta pesquisa, elencamos como objetivo geral, analisar de que modo a heteroclassificação de cor nos assentos das certidões de nascimento a partir da inserção nas legislações cívicas posteriores ao código civil de 1916, contribuem na formação e construção de uma identidade étnico-racial. Do ponto de vista dos objetivos específicos, elencamos: discutir a construção da identidade individual e sua relação com uma autoclassificação e uma heteroclassificação de cor; problematizar a inserção de cor/raça nas certidões de nascimento como um componente heteroclassificador a partir do código civil de 1916 e as legislações cívicas posteriores; e indagar sobre a heteroclassificação de cor em detrimento da construção de uma identidade étnico-racial do ser cidadão. Tais objetivos foram orientados perante o

⁹ Link para o site da Câmara dos deputados, onde ficam disponíveis algumas das legislações que fundamentam esta pesquisa - Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>> Acesso em 15/03/2024.

questionamento pessoal acerca do lugar de existência e as circunstâncias legadas historicamente no recorte do século XX aos indivíduos de cor de nossa nação.

Contudo, talvez a prática da inserção de cor não tenha sido problematizada anteriormente com tanto afinco, visto que a relação da heteroclassificação de cor nas certidões de nascimento, em detrimento de sua finalidade e sua relação na formação de uma identidade étnico-racial de maneira positiva, relacionado pela inserção do fato no registro cívico, datado nas legislações de 1928, 1939, 1969 e 1973, chega a ser orientada ao esquecimento por meio da Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, legitimando de maneira concreta a retirada da cor no documento cívico e o seu apagamento na memória.

Buscamos mediante ao Dspace da UEPB por trabalhos que se relacionassem com a temática que problematizamos, ou ao fato da heteroclassificação enquanto produção histórica ou sociológica, porém nada relacionado fora encontrado, porém, dois trabalhos acadêmicos que mencionam a prática, mas não ampliam uma problematização acerca do fato histórico foram averiguados, sendo eles uma dissertação de mestrado de Paulo Edison de Oliveira (2017) pela instituição de ensino superior de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, que preconiza uma análise acerca do sistema de classificação de cor e raça do estado brasileiro na formação da identidade do afro-brasileiro, tendo como objetivo principal uma narrativa histórica que pensa a identidade do negro(a) no Brasil, sendo ela uma identidade dentre diversas outras, mas se propondo a problematizar os recenseamentos da história do Brasil, e como a institucionalidade do estado brasileiro produziu o preconceito racial, onde também impediu ou desencorajou ou até mesmo ainda hoje, dificulta uma certa ligação com as origens ancestrais desses seres sociais.

O segundo trabalho, um artigo para o décimo terceiro Encontro Estadual de História de autoria de Nascimento Júnior (2020), com título “Nascimento, cor e raça – 1996 a 2020”, tendo como finalidade um discurso narrativo acerca das considerações que a construção do ser de cor, por meio de uma heteroidentificação do ser e uma autodeclaração de si, se apresentam enquanto ações conflituosas guiadas por meio da relação sócio-racial que integra e caracteriza a construção da nação brasileira.

Entretanto, visualizamos a atual classificação de cor feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) guiada por uma prática de autodeclaração, onde o entrevistado se identifica com alguma cor caracterizando sua origem racial, que é existente no quadro oficial, a saber: amarelo, branco, indígena, pardo e preto.¹⁰ Essa classificação afirma que tem como

¹⁰ Prática iniciada nos idos dos anos 1890 quando se tornaram decenais, e levando em conta a autodeclaração, e posteriormente é que passou a ser realizada pela instituição do IBGE, quando da sua “fundação” em 1936.

propósito o recenseamento e o direcionamento de políticas públicas ou investimentos de iniciativa privada no âmbito social. A autodeclaração ainda tem como finalidade a minimização de conflitos sócio-raciais através da identificação censitária.

Mas, tendo os censos demográficos brasileiros, perpetuados na república desde os anos de 1890, compreende-se que a prática da autoclassificação e da heteroclassificação coexistiram temporalmente, e tendo aparentemente funcionalidades distintas. Portanto, nos debruçamos não somente com as contingências simbólicas das fronteiras de identidade, mas também por meio da percepção de uma certa hierarquização identitária.

Como referência teórica, nos propomos a interpretar o tempo histórico em detrimento de sua constituição contextual, os espaços direcionados por construções sócio-culturais, e as individualidades/coletividades oriundas das formulações sócio-identitárias que compreendem-se em detrimento das conceituações de raça e etnia, essa organização desenvolveu-se formulada através do conceito teórico do interacionismo simbólico.

Segundo Carvalho, Borges e Rêgo (2010) tal conceito teórico é uma composição que considera a interpretação de símbolos como meios pelos quais auxiliam a interpretação das relações sociais. Ainda de acordo com esses autores, o interacionismo simbólico é “uma perspectiva teórica que possibilita a compreensão do modo como os indivíduos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem” (Carvalho; Borges e Rêgo, 2010, p. 3).

Observamos também, os processos sociais e as composições coletivas na sociedade do recorte temporal, tendo em mente que a relação social é guiada por mudanças e não por algo estático e fixo; buscamos a partir daí compreender os símbolos e as linguagens que se condicionam através da vida social, investigando as interações e as interconexões do individual para o âmbito coletivo.

Essa relação interacionista simbólica, constituída teoricamente através da ação social, se deu envolvida em uma formulação de ligação, entre o fato da construção da identidade étnico-racial do ser negro(a), problematizando o símbolo da representação de si, compartilhado através da heteroclassificação de cor nas certidões de nascimento, mas não se limitando a essa conjunção, pois entendemos que a identidade individual e coletiva sendo forjada através de uma sistematização de esferas psicológicas, biológicas e sociais, ampliam-se na combinação da interação em sociedade, e se desenvolvem em processos culturais, em práticas cotidianas que se apresentam como, entretenimento, vivência e sobrevivência nos lugares sociais rotineiros.

Portanto, através de comportamentos, expectativas e experiências sociais guiados pela pesquisa bibliográfica e documental, através do questionário elaborado e as entrevistas angariadas, vemos um projeto histórico de exploração, sondando fatos e coletando dados, acerca da constituição da identidade dos indivíduos de cor, no tempo e no espaço do período da história do Brasil que se compreende e se expande enquanto proposta a averiguação. Na concepção de Correa (2017), utilizar o interacionismo simbólico é estar ligado à relação da formulação de afetos na interação social, compreendendo uma unidade básica que é a ação ou a atividade individual em detrimento de circunstâncias constituídas no tempo e no espaço.

Entendemos ainda que o estudo das atitudes e comportamentos coletivos que são ferramentas das “Mentalidades”, são uma postulação daquilo que se compreende enquanto imaginário ou inconsciente coletivo, a formulação de ideias compartilhadas acerca de algo ou alguma coisa que possibilita e condiciona, comportamentos e ações no vivido.

Nos aproximamos em relação às Mentalidades devido ao entendimento que Nicolazzi (2015), ao dissertar acerca da relação dos campos de história das mentalidades e história cultural, condicionando em específico que nas Mentalidades, a utilização para a compreensão do social é guiada pelas condições de existência da humanidade e como elas agem em detrimento dessa relação de circunstância social em sua própria vivência.

Devido a essa relação teórica entre o interacionismo simbólico e as mentalidades, propomos utilizar a história oral como ferramenta metodológica a fim de sermos conduzidos por um modo de pensar hermenêutico, atrelado a ideia do indivíduo como valor, para que o compartilhamento subjetivo produzido pelo documento da história oral, no caso, a percepção subjetiva de indivíduos se tornem inteligíveis. Compreendemos que a história oral enquanto utilização metodológica, se percebe naquilo que afirma Alberti (2004) acerca do fascínio do vivido, não na apreensão do preenchimento de lacunas em circunstâncias diversas, mas na importância da “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”¹¹, com o propósito de uma extensão da compreensão do passado.

Através da prática da história oral, formatamos entrevistas¹² com pessoas que se disponibilizaram a participar de uma averiguação acerca de sua vida em detrimento de sua constituição identitária, elencando sua voz e sua concepção de si e do outro enquanto ser social e ser cidadão em território nacional. Quatro pessoas estiveram envolvidas nesta atribuição das

¹¹ ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. 1º. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 12 ISBN 9788522510436.

¹² Orientadas pela aprovação do projeto da pesquisa junto ao comitê de ética da UEPB, estando o parecer da aprovação em anexo a pesquisa.

entrevistas, foram 3 mulheres e um homem, as mulheres respectivamente com 50, 58 e 65 anos, e o homem contendo 45 anos; cada um deles com perfil distinto e origens locais também distintos, uma nascida no estado da Bahia, outra na Paraíba, a outra no Espírito Santo, o único homem participante de nossa entrevista, nascido no Rio de Janeiro.

Estes foram angariados dentre vinte duas pessoas que responderam ao questionário sócio-histórico que formulamos para este trabalho, nos fornecendo a possibilidade de conhecer as suas histórias, ou modo de pensar e sentir, de forma um pouco simples ou resumida sobre suas vidas. A seleção desses participantes ocorreu através do referido questionário sócio-histórico, o qual detinha dez perguntas alocando a faixa etária dos participantes, sendo um dos critérios principais junto com a informação no documento de certidão de nascimento acerca do elemento da cor referida. Já que o recorte temporal estudado concentra-se guiada pelos desdobramentos do código civil de 1916 e as legislações de 1928, 1939, 1969, 1973 até 1988, os participantes, precisavam então, serem nascidos dentro dessa categorização temporal, onde as perguntas sobre o constituir-se negro enquanto ser social foram também respondidas.

Em nosso método de investigação, nos atrelamos à abordagem qualitativa, através do que relaciona POUPART (2012), quando ao introduzir algumas referências históricas, sobre a epistemologia e a observação direta, debate sobre o papel e a posição do pesquisador, condicionando alguns princípios metodológicos perante a prática da observação, direcionando-nos a produção e análise dos dados. Portanto, uma vez que nossos anseios em detrimento da constituição da identidade de uma individualidade/coletividade, encaminha-se para que o nosso objeto se encontre na identificação de caráter subjetivo, nossa pesquisa é guiada através do tipo investigativo-qualitativo. Pois, na concepção de POUPART (2012, p. 4):

Esse procedimento se harmoniza com uma sociologia que coloca no centro de seu objeto de estudo, não fatos constituídos, à maneira de Durkheim, mas sim ações coletivas e processos sociais que podem ser em parte apreendidos por meio de interações diretas, cuja significação cabe não negligenciar, não é determinada previamente.

Nos guiamos por essa esquematização teórico-metodológica, analogicamente como uma teia de aranha constituída como uma armação de fios de seda produzindo uma estrutura, que tem por finalidade não capturar o objeto desejável e nem tampouco ter a função de alimentar alguma conjectura pessoal, mas sim de concentrar-se como uma proteção para a exploração do entendimento do que o fato histórico pode nos direcionar em referência aos nossos objetivos.

Esse trabalho de conclusão de curso, portanto, foi direcionado por uma pesquisa qualitativa, amparada por uma fundamentação teórica, o interacionismo simbólico e por uma

abordagem historiográfica, as “mentalidades” ou também chamada psicologia histórica, se utilizando de fontes bibliográficas e documentais, como também as legislações cívicas de nossa nação que foram averiguadas e são problematizadas neste trabalho e ainda explorando a pesquisa de campo, por meio de uma configuração guiada pela história oral através de entrevistas semi-estruturadas, onde o questionário sócio-histórico e o roteiro das entrevistas se encontram no texto ou podem ser visualizados nos anexos do presente TCC.

O trabalho está dividido em 3 capítulos, sendo o primeiro capítulo uma discussão sobre a construção da identidade individual guiada por uma contextualização histórica do processo colonizador e o sistema escravista em suas vicissitudes sociais, relacionando-os com o entendimento ideológico sobre a miscigenação e o fato da heteroclassificação de cor.

No segundo capítulo, problematizamos como, em detrimento da construção da identidade étnico-racial contextualizada pelo fato da heteroclassificação de cor, o negro no Brasil foi produzindo-se e se remodelando sócio-culturamente, afirmando-se ou buscando se distanciar do estigma colocado sobre os seres de cor. E, no terceiro capítulo, procuramos transpor as reflexões historiográficas para nos debruçarmos em uma análise à centralidade, no caso, a relação da heteroclassificação de cor nas subjetividades identitárias a partir de entrevistas relacionadas com a produção de fonte oral. Por último, as considerações finais, que nos irão retomar os achados desta pesquisa e apresentar problematizações ainda a serem pensadas, refletidas e modificadas na sociedade brasileira na esfera do componente da identidade étnico-racial

2 IDENTIDADE: UM CONCEITO, UMA IDEIA, UMA CONSTRUÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA

*“Quando não souberes para onde ir, olha para trás e saiba pelo menos de onde vens.”
(Provérbio africano)*

As relações sociais na temporalidade contemporânea são carregadas por diferentes configurações, pensamos aqui em duas formas: diversidade e multiplicidade. Os seres humanos a muito que construindo novas maneiras de vivência, elaboram modos de observação, troca de saberes e compartilhamento de experiências, entretanto, tais conexões são por demais conflituosas quando as relações entre os diferentes se deparam uns com os outros em convivência.

A memória é um elo para essa relação de construção, “recordar é viver”¹³, mas se não nos lembramos, se não conhecemos o que foi passado, quem seremos se não nos recordarmos?¹⁴. Os antigos falavam e demonstraram, em várias ocasiões e de muitas maneiras o que realmente é importante; erraram, acertaram, direcionaram diferentes caminhos. É necessário compreender que olhar para trás, será uma condição para sabermos quem somos e o que devemos fazer.

Mas, em meio a ânsia de buscar saber o que fazer, compreendemos que é preciso conhecer-se, pois já foi orientado em um momento da história, que é preciso “conhecer-se a si mesmo”. É por meio desta reflexão que compartilhamos este primeiro capítulo. Pois, se olhar para trás é saber de onde se vem, o caminhar para frente será orientado por meio daquilo que já se sabe, a identidade é como uma direção a percorrer e a construir.

2.1 Uma ótica sobre Identidade

Em busca de uma averiguação acerca da formulação, percepção ou construção da identidade étnico-racial do ser de cor preto(a), nos debruçaremos em um primeiro momento em

¹³ Uma citação de García Márquez que se transformou em um espaço de um livro seu, oriundo da frase - “A vida não é a que a gente viveu. E, sim, a que a gente recorda”. Viver para contar. Rio de Janeiro, **Record**, 2003. GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo Org. América latina: história de meio século.

¹⁴ Como parte da afirmação acerca da utilização da memória enquanto construção, nós utilizamos o pensamento de (Bento, 2022, p. 39) quando afirma que: “Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos da comunidade”. Mas também o pensamento de (Le Goff, 2012, p. 408) quando problematiza a utilização da memória no âmbito social: “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”

constatar o que vem a ser a identidade e através das concepções obtidas, problematizar a relação entre identidade, miscigenação em contraposição com o fator histórico da heteroclassificação.

A grosso modo, a palavra identidade refere-se às características específicas de algo ou alguém que a distingue de outros. Essa fundamentação tem por mecanismo etimológico direcionar seu significado como sendo a qualidade do que é idêntico, ou seja, aquilo que se distingue ou se assemelha a algo ou alguém.

Mas, utilizando-se de um pensamento conceitual estaremos aqui refletindo auxiliados por uma interdisciplinaridade de áreas do conhecimento humano, onde a sociologia, a psicologia e a biologia são atreladas a história como forma de entendermos as implicações e as fundamentações que a palavra pode se direcionar em detrimento de sua aplicação em esferas circunstanciais.

Oliveira (2017), ao problematizar sobre a identidade afro-brasileira, “uma identidade dentre as diversas identidades”¹⁵, conceitua que a construção desta pode ser dividida em três sistematizações, sendo elas indivíduo/sociedade/espécie, que se apresentariam como uma construção psicológica, social e biológica. A união dessas configurações seria, segundo o autor, a receita para a formação do que vem a ser identidade.

O equilíbrio das três sistematizações conduziria uma identidade individual e coletiva. Na esfera psicológica seria no âmbito da subjetividade ou personalidade, que na formação individual do ser, proporciona a relação que lhe é peculiar ou pertinente a individualidade, como pensamentos intrínsecos do ser que lhe são particulares ou aos humores que cada individualidade carrega, como, por exemplo, os temperamentos.

Sob o ponto de vista de LAHAYE (2008), os temperamentos, que se dividem em quatro, a saber, sanguíneo, melancólico, colérico e o fleumático, seriam caracterizações da personalidade individual que se refletiria no comportamento humano, como pessoas alegres e esperançosas quando caracterizadas como sanguíneas, ou como uma pessoa que é moderada e persistente quando lhe atribuem ou ela exemplifica a caracterização de fleumática. Essa perspectiva psicológica teria ligações com a antiguidade grega. Segundo o autor, essa teoria temperamental estaria ligada a Hipócrates (460 a 370 a.C), frequentemente chamado de “pai da medicina”.

Entretanto, as teorias comportamentais e também psicanalíticas dos últimos dois séculos, principalmente na figura de Sigmund Freud, deram por se distanciar da produção dos

¹⁵ OLIVEIRA, Paulo Edison de. **O sistema de classificação de cor e raça do Estado brasileiro na formação da identidade afro-brasileira**. 2017. 117 p. DISSERTAÇÃO (MESTRADO) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, [S. l.], 2017, p. 50.

quatro temperamentos, seguindo uma produção científica que refletiria acerca da relação que o ambiente tem de influenciar e determinar o comportamento do indivíduo. Portanto, a identidade na esfera psicológica se reflete na produção comportamental do indivíduo, na relação em que ele aprende e apreende do meio em que vive ou na ocupação em que existe, essa relação se encaminha para a sistematização social da identidade.

Como expõe BERLATTO (2009), a identidade social é uma confluência entre uma construção, reconstrução e remodelação, pois os indivíduos no meio social se assimilam e tornam a se assemelhar com identificações. Aquilo em que um indivíduo se espelha, ele busca repetir. Porém, nesta “construção” de sua identidade ela pode ser transformada, no caso, reconstruída e remodelada quando da procura por uma inovação, que este indivíduo já representa ou se apresenta enquanto identidade pré-desenvolvida. De acordo com BERLATTO (2009, p. 2):

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação e etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente.¹⁶

Portanto, na esfera da identidade social o indivíduo se constrói integrando-se a outros, formulando vinculações e se tornando participante ou pertencente de um ideal de gostos que refletem sua personalidade, subjetividade e conseqüentemente fazem parte da sua identidade. Porém, sendo a identidade um processo de categorização, em alguns casos essa identidade social, pode ser um elemento de separação, isolamento ou de segregação, falaremos mais à frente acerca deste fator em específico.

Como última esfera proposta que interliga a identidade do indivíduo, a biológica é a composição individual normalmente conhecida também como identidade genética, a qual carrega elementos particulares e informações pertinentes na junção dos elementos ligados à ancestralidade. O DNA, por exemplo, elemento que por definição tem como finalidade o armazenamento de informações genéticas, é uma das caracterizações dessa “identidade biológica”.

Os elementos genótipos e fenótipos são também demonstrações e comprovações acerca da identidade biológica, sendo o genótipo a composição de conjuntos genéticos herdados

¹⁶ BERLATTO, Odir. A construção da identidade social. **Revista do Curso de Direito da FSG**, [s. l.], 2009, pg. 2.

através dos pais e os fenótipos as expressões visíveis de elementos físicos, bioquímicos, fisiológicos e comportamentais¹⁷.

Em detrimento da concepção de raça, embora em nossa contemporaneidade ela é compreendida como uma construção sócio-histórica de diferenciação coletiva, a atribuímos aqui enquanto aspecto fenotípico da esfera biológica, identificada como sendo um dos elementos caracterizadores dos conflitos sócio-raciais, por compor um aspecto da identidade do indivíduo quando integrado aos quesitos etnia ou racialidade.

Segundo a concepção de Góes (2022), utilizando-se das conceituações sobre pigmentocracia¹⁸ de LIPSCHÜTZ (1944), o elemento raça por ser relacionado a característica fenotípica de um indivíduo, pode ser descrito como uma referência a categorização da identidade genética ou biológica, pois ela se relaciona com a racialidade, as características visíveis fenotípicas e os exemplos de coloração em cada indivíduo em detrimento da pigmentação através do composto químico da melanina.

Portanto, concebemos a identidade, através das sistematizações que se apresentam por meio das construções psicológicas ligadas ao indivíduo em questões emocionais ou personalidade; a esfera social atreladas ao meio ou a sociedade em suas influências; e a biológica interligadas a espécie humana e a concepção genética da individualidade como os elementos visíveis do corpo humano. Tais sistematizações podem ser compreendidas como um dos panoramas sobre o que vem a ser uma ideia de identidade, ela em construção, adaptação e fundamentação individual e coletiva.

Contudo, ao pensarmos na especificidade da identidade étnico-racial do ser de cor preto(a), apreendemos algumas particularidades relacionadas às definições problematizadas anteriormente, que nos conduzem a pensar em como a construção da identidade do ser de cor preto(a) é peculiar e problemática, pois relacionando os fatos históricos da formação da nação brasileira, suas caracterizações, políticas construídas e atribuídas aos seus pertencentes, em individualidade/coletividade e reconhecimento, concordamos pelo menos em algumas circunstâncias temporais com o que afirma Góes (2022, p. 6): “A história do nascimento da

¹⁷ SILVA, Aline Alves da; JUSTINA, Lourdes Aparecida Della. História da Ciência em Livros Didáticos de Biologia: Os Conceitos de Genótipo e Fenótipo. Alexandria - **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, [s. l.], v. 11, ed. 1, p. 333 - 357, 2018.

¹⁸ O entendimento de que no Brasil, negros(as), de pele clara ou menos escura tem uma certa diferenciação de tratamento ou desfrutam de oportunidades diferentes não é percebida e nem crida por muitos intelectuais ligados as relações raciais. Porém, o ser pardo, que hora é caracterizado como sendo negro de pele clara ou menos escura, ou em outro momento não é visto como uma coisa nem outra, se encontrando neste lugar de privilégio, comparado a negros de traços e pele mais “africanizados” segundo LIPSCHÜTZ, Alejandro. *El indioamericanismo y el problema racial en las Américas*. Santiago: Nascimento, 1944

nação brasileira é, portanto, baseada em um intenso debate sobre a hierarquização racial da população e sobre como eliminar negros e mulatos”.

Essa concepção de divisão/eliminação é retratada através das formulações de elementos que caracterizam as identidades individuais dos negros(a) no território brasileiro, principalmente entre o começo da institucionalização do período republicano até aproximadamente 1930. Na concepção de MUNANGA (1999), essa atribuição se apresenta de duas maneiras: em primeiro lugar o Brasil precisava de uma identidade nacional, entretanto, a identidade negra personificada no ser de cor se apresentava como um elemento disforme e um obstáculo à necessidade nacional. A partir dessa constatação as formulações intelectuais, políticas e culturais se dariam, através do incentivo de um não reconhecimento da identidade da coletividade do ser negro(a).

Em segundo lugar, a concepção de uma ideia de miscigenação seria um elemento para vencer o obstáculo do ser negro(a) e sua caracterização identitária, que se apresentava como elemento de nível insignificante, uma vez que psicológica e intelectualmente os negros eram inferiores, estavam socialmente ligados a escravidão e a sua herança e biologicamente eram considerados fora dos padrões “eurocentricamente” formulados quando da atribuição fenotípica.¹⁹

Portanto, pensar a identidade do ser de cor em detrimento da brasilidade construída historicamente é perceber que as confluências em torno das mesmas não eram alinhadas. O ser de cor no Brasil se divide e se concebe então a partir dessa relação política, social, cultural e individual em hierarquização e conflito.

2.2 Miscigenação: Um olhar para o futuro, um desgosto do passado e um desalento no presente

A delimitação parda como opção de classificação ou autodeclaração de cor/raça foi um dos elementos disformes neste processo de mudanças das relações raciais no desenvolvimento do estado brasileiro em finais do século XIX e na primeira metade do século XX. Onde sua idealização orientada por um pensamento de proporcionar e atribuir uma identidade aos seres

¹⁹ Essa concepção social de pensamento acerca dos negros(a), é produzido e disseminado durante a década de 1920, com as proliferações das ideias eugenistas que somente sofreram um declínio, a partir das modificações sócio-políticas no Estado Novo, posteriormente a constituinte de 1934. Tamano, L. T. O. (2022). O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929): as discussões em torno da eugenia no Brasil. *Tempo*, 28(3), 31–55. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280302>>. Acesso em 07/04/2024.

individuais que não se enquadrassem definitivamente entre brancos, pretos ou indígenas, condicionou por uma formatação guiada pelo projeto de branqueamento da nação problematizações sócio-raciais distintas e abrangentes.

O ser pardo sendo a caracterização pensada por alguns intelectuais da constituição do ser brasileiro, em detrimento da junção das raças, foi significativamente condicionado como problema para alguns dos intelectuais eugenistas da década de 1920, que reproduziam as ideias do século XIX de Francis Galton e de outros grandes intelectuais da época sobre a preservação das boas gerações²⁰, mas também foi identificada como solução para um tipo de redenção da nação brasileira para outros, quando idealizada ainda por meio do projeto de branqueamento da nação. Euclides da Cunha (2003) antagoniza essas duas concepções quando prenuncia em sua obra *Os sertões*, que “Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca” (Cunha, 2003, p. 48). Portanto, o pardo ou os mestiços da nação se encontravam ora como pertencentes a uma ancestralidade estigmatizada, como também eram guiados por uma busca, conseguir ser semelhante ou alcançar o lugar de privilégio dos brancos²¹, em detrimento da hierarquia racial.

Porém, a identidade do ser pardo estava atrelada a um estigma, tornando assim uma problematização não somente social, mas também psicológica nos seres individuais, pois se a identidade do ser negro é uma concepção histórica constatada de lutas e buscas, a identidade do ser pardo/miscigenado a partir da classificação ou autodeclaração em censos como o do IBGE pôde e foi pensada como inconclusiva, mas que fundamentou uma hierarquização até entre os seres de cor da nação, “pois ser claro, pardo-miscigenado pode lhe conceder privilégios”.²² Como expõe Oliveira (2017, p. 68), “nessa confusão generalizada e preconceituosa de cor, raça e etnia, fomos classificados e, devido a tanta opressão e violência, muitos afro-brasileiros não se reconheciam como negro”.

Então, a autodeclaração de cor nos censos configurados a partir de 1890 seriam, para aqueles que não se reconhecem enquanto negros, mesmo tendo caracterizações fenotípicas da racialidade negra, uma ambiguidade social e também psicológica; Oliveira (2017) diz que tal configuração é ocorrida por meio de uma não construção da ideia e do sentimento de comunidade entre os seres negros devido ao aspecto histórico de violência e opressão atribuído pelo estado e a sociedade a estes grupos.

²⁰ Del Cont, V.. (2008). Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*, 6(2), 201–218. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662008000200004>

²¹ Aqui atribuímos o termo não como uma condição somente social, porém muito mais por uma condição epistêmica.

²² Quem chega a problematizar também sobre a concepção dos pardos se considerarem melhores em relação aos negros no Brasil é TELLES, E. E. Identidade racial, contexto urbano e mobilização política. *Afro-Ásia, Salvador*, n. 17, 1996. DOI: 10.9771/aa.v0i17.20860.

Mas uma coisa chama a atenção: os pares envolvidos nesta sociedade não podem ser vistos puramente como vítimas de um mal, ou os oprimidos da sociedade, pois a construção ou o desenvolvimento social é marcado por descontinuidades e reconstituições significativas, o resultado dessas ocorrências são em muitos casos uma ambiguidade referenciada entre causa, como consequência dos ocorridos ou produzidos, mas pode ser visto também como culpa, em detrimento de uma intencionalidade e responsabilidade de certas práticas, neste caso, por meio das formulações do “espírito do tempo/época”²³ destas sociedades, e aqui pensamos no aspecto das temporalidades imperial e a que ambicionava cortar laços com esta, a republicana.

Porém, não ser negro(a) em constituição de identidade nestas temporalidades, seria um pouco mais fácil por não lidar com toda a carga estigmatizadora que a identidade negra e aqueles que a assumem com orgulho carregariam, porque ao lidar com a construção da identidade étnico-racial da coletividade negra, abraçando-a, teria por enfrentar a configuração social que produz separação, isolamento e segregação, pois “ser um deles” é estar marcado.

No Brasil a separação, isolamento e uma possível segregação tiveram apresentações diferentes de outras localidades mundiais, onde a segregação condicionou uma produção do sentimento de comunidade, com mais afincamento e veracidade. Entretanto, sendo o Brasil um país guiado por discursos de assimilação, o quadro se mostraria diversamente oposto, produzindo este sentimento ou organização somente a posteriori. Segundo o que analisa MUNANGA (1999, p. 98):

No Brasil, onde a ênfase na marca ou na cor, combinando a miscigenação e a situação sociocultural dos indivíduos, as possibilidades de formar uma identidade coletiva que aglutina negros e mestiços, ambos discriminados e excluídos, ficam prejudicados.²⁴

Em outras de suas muitas reflexões sobre a temática racial no Brasil, MUNANGA (2012) orienta que as problemáticas sociais ligadas ao quesito raça enquanto concepção sócio-histórica de ligação de uma coletividade, teria por funcionalidade positiva quando, por meio da prática de resgatar a história dos negros, autenticando a história através dos fatos, em detrimento

²³ O conceito elaborado por Johann Gottfried Herder em 1769 é comumente ligado a cultura e a arte como exemplificação de um período ou recorte temporal, mas aqui é um auxílio interessante quando estamos buscando compreender os pensamentos produzidos e tornados práticas sociais enquanto relação da sociedade, pois ele direciona que seu significado caracteriza o conjunto dos aspectos intelectuais, na ambientação sociológica e cultural de um espaço geográfico, que demonstram refletir as particularidades de um determinado período de tempo. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Zeitgeist>/ <https://www.significados.com.br/zeitgeist/>>. Acesso em 10/04/2024.

²⁴ MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 98

do sofrimento onde o papel de vítima e oprimido não se propagasse; buscasse, porém, retroceder a eles, para romper com uma historiografia colonial que ideologicamente orientou um lugar social na memória dos indivíduos da pátria, fornecendo assim uma base para o processo de construção da identidade desses indivíduos, com legitimidade de reconstrução, identificação e autoestima.

Contudo, a identidade étnico-racial do ser negro(a) fora repartida e construída por essas circunstâncias sociais de deslegitimação, que diminuíram as possibilidades e delimitaram uma marca a raça negra, colocando também um peso no ser de cor preto(a) e pardo(a) miscigenado em detrimento da união de sua subjetividade e a coletividade guiada por sua particularidade étnica.

2.3 Um fato incompreensível a ser consultado: a heteroclassificação de cor

Na concepção de Nascimento Júnior (2020), a heteroclassificação de cor foi uma prática classificatória que simbolizava a categorização do indivíduo o delimitando étnico-racialmente, por meio do quesito cor. Esta prática era feita por um terceiro, onde o indivíduo guiando-se muitas das vezes pela obrigatoriedade do quesito cor no documento, formulava a declaração mediante a identificação visual dos recém-nascidos, neste caso, a figura do pai ou da mãe direcionavam o componente, porém, quando o conflito entre a paternidade e a maternidade não conseguiam definir tal cor/raça a ser alocada ao registro, o funcionário responsável do cartório, ficava com a responsabilidade máxima na formulação da prática.

A heteroclassificação de cor, portanto, é definida por uma prática de classificação de indivíduos, ligando os recém-nascidos a sua ancestralidade étnico-racial ou formulando uma separação desta, mediante o componente cor. Se por um lado a prática civil dos registros que começaram em 1874, condicionando a possibilidade de uma possível civilidade para os indivíduos que ainda se encontravam no estado de escravizados mesmo contemplados perante a lei Rio Branco, na república, essa lógica ou orientação se transforma, o registro civil se torna um direito e uma obrigatoriedade cívica, porém, com perspectivas aparentemente ambíguas. A seguir temos um quadro designativo que orienta quando passou a ser praticado a heteroclassificação de cor nas certidões de nascimento:

Quadro 1: Legislações Cívicas

Legislações	Data/Ano	Assento
--------------------	-----------------	----------------

Decreto N° - 5.604	25/04/1874	A inserção da cor não era um dos componentes obrigatórios para os registros;
Decreto N° - 9.886	07/03/1888	A inserção da cor não era um dos componentes obrigatórios para os registros;
Decreto N° - 18.542	24/12/1928	A cor passa a ser um dos componentes de obrigatoriedade nos registros de nascimento, sendo alocado no Art.68, inciso 2°;
Decreto N° - 4.857	09/11/1939	A cor permanece como componentes de obrigatoriedade nos registros de nascimento, sendo alocado no Art.68, inciso 2°;
Decreto-Lei N° - 1000	21/10/1969	A cor permanece como componentes de obrigatoriedade nos registros de nascimento, sendo alocado no Art.58, inciso 2°;
Lei/N° - 6.015	31/12/1973	A cor permanece como componentes de obrigatoriedade nos registros de nascimento, sendo alocado no Art.55, inciso 2°;
Constituinte	1988	Deslegitima a obrigatoriedade da inserção da cor nas certidões de nascimento, fundamentando-se no art. 5° direcionando a igualdade dos indivíduos sem distinção de qualquer natureza.

Fonte: Quadro formulado para o trabalho de TCC - 2024 ²⁵

Através do quadro acima, conseguimos identificar duas legislações anteriores que não alocaram o aspecto da cor como componente obrigatório para a completude do documento referido. O primeiro, o decreto que dá origem à institucionalização da prática do registro em 1874 e o segundo em 1888. Identifica-se então, que houve anteriormente uma prática diferente da que passa a atuar posteriormente ao código civil de 1916. Acreditamos que com o passar do tempo de uma maneira cronológica, mudanças são implementadas nas sociedades, o registro da

²⁵ Autoria própria

história demonstra tal fato, porém, as motivações e a funcionalidade das mudanças é o que nos chama a atenção e nos faz refletir aqui.

O código civil de 1916 é um desses componentes de mudança temporal. É por meio dele que a institucionalidade cívica da república passa a operar, as práticas que anteriormente a ele existiam, ou foram abandonadas legalmente, ou substituídas por mudanças. A partir de sua observação, o quadro geral das leis cívicas brasileiras foi atualizado, e segundo Tomasevicius Filho (2017), os pares da época tinham em mente que ela representava a adequação legal, dos direitos e deveres da sociedade daquele período.²⁶

Mas, antes de nos aprofundarmos em reflexões acerca dos porquês de tal fato ter ocorrido e se perpetuado em desdobramento sócio-identitário, queremos refletir sobre o que vem a ser a heteroclassificação de modo conceitual. Primeiro, pensando no que a palavra hetero sem acento nos direciona e depois problematizando de maneira etimológica e histórica a palavra classificação.

A palavra hetero sem acento, está ligada popularmente a um prefixo de origem grega utilizado para formular ideias ou palavras que venham a se referir ao outro ou ao diferente, então já temos em mente que esta primeira palavra que constitui o nosso fato estudado, está intimamente ligado a outros, a indivíduos diferentes. Já a palavra classificação vinda do verbo classificar tem por definição direcionar ideias como qualificar, quantificar, ordenar, selecionar, especificar, graduar e estigmatizar.

Pode-se afirmar que a classificação é uma prática intrínseca ao ser humano, mesmo quando se é utilizado fatores diversos, nos condicionamos a classificar diferentes coisas, tornando-as importantes ou demasiadamente inferiores ou insignificantes, fazemos tais coisas para que venhamos a selecionar o que aparentemente é bom ou ruim para nossa individualidade, porém, tal prática em diferentes momentos da história é vista como uma ação de violência não física a coletividades e a indivíduos, onde direcionam violências físicas e demasiadamente outros tipos de danos para grupos em específico, neste caso, as questões raciais no Brasil se encontram nesta interação, algo que anteriormente refletimos como causa e consequência e culpa e responsabilidade.

Então hetero sem acento e classificação, formam a prática que aqui tentamos problematizar. Tal prática caracterizou-se na obrigatoriedade da cor no documento, e também em como essa identificação precisou ser feita através dos indivíduos que identificavam os

²⁶ FILHO, Eduardo Tomasevicius. O legado do código civil de 1916. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [s. l.], v. 111, p. 1 - 16, 2017.

recém-nascidos e alocaram o quesito cor nas certidões de nascimento como já identificamos acima.

Ao pensarmos nessa composição de ideias que a palavra hetero e classificação direcionam, nosso objeto toma contornos amplos, pois a heteroclassificação feita por meio das certidões de nascimento a recém-nascidos através da categorização da cor para que o documento estivesse completo, nos liga a pensamentos ambíguos, pois se compreendermos a situação por lentes diferentes, a prática pode nos orientar a acreditarmos que o fato poderia ter sido somente uma designação da informação sobre os recém-nascidos da nação, identificando estatisticamente quantos nascem em detrimento da cor, componente de ligação racial no entendimento da época. Entretanto, ao compreendermos que os censos demográficos no contexto histórico da época já direcionaram essa prática de reconhecimento dos indivíduos da nação, passamos a nos questionar, portanto, para que serviria o componente cor na certidão de nascimento?

Se por um lado o aspecto de civilidade, ao direcionar o registro de nascimento dos filhos da nação fora um componente existente nesta interação de prática social, por outro, ela também parece compartilhar uma designação de delimitação sócio-racial por meio de um “defeito de cor”.²⁷

A título de informação, expomos aqui os elementos obrigatórios em todas as legislações, a partir de 1916, foram: 1º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada; 2º) o sexo e a cor do recém-nascido; 3º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; 4º) a declaração de ser legítimo, ilegítimo, ou exposto; 5º) o nome e o prenome, que forem postos à criança; 6º) a declaração de que nasceu morta ou morreu no ato ou logo depois do parto; 7º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido; 8º) os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais; o lugar e cartório onde casaram e a sua residência atual; 9º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos; 10º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento. Tendo uma mudança somente no ano de 1973, quando o quarto quesito deixa de fazer parte da obrigatoriedade nesta composição.

²⁷ Aqui relacionamos a ideia que se tinha no século XIX, como maneira de justificar uma liberação racial, para alguma prática/profissão oficial ou não, orientando o pensamento de que negros e indígenas eram determinadamente inferiores, em capacidade cognitiva por meio de sua “biologia”, sendo ressignificadas no séc XX. Disponível em: <<https://museudeartedorio.org.br/programacao/um-defeito-de-cor/#:~:text=O%20defeito%20de%20cor%20era,como%20pouca%20intelig%C3%A2ncia%2C%20por%20exemplo>>. Acesso em 11/04/2024.

Por ser uma legislação, ela percorreu abrangentes localidades, mesmo não tendo sido cumprida em todo o território nacional. Mas, aparentemente quando pensamos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, ela nos direciona a acreditar em uma ambiguidade de funções para a prática, pois por meio dela o fato fica desautorizado automaticamente, deixando de existir como obrigatoriedade, passando somente a ser esquecido.

Portanto, a heteroclassificação foi uma prática que relaciona a heteroidentificação de cor de indivíduos recém-nascidos, classificando e alocando o quesito em um documento que representa a primeira oficialização cívica no Brasil entre os anos posteriores a 1916 até 1988, constituindo um fato que se relaciona ao contexto de conflito sócio-racial de reconhecimento e formação da identidade étnico-racial dos indivíduos de cor da nação em meio a confirmação da identidade nacional.

Contudo, um reconhecimento das ambiguidades formativas do Estado Nacional, em direcionamento da diferenciação individual e coletiva, produzindo separação e desigualdade não são em si mesmas, uma determinação de inutilidade e aprisionamento, foram empecilhos, obstáculos, mas não proibiram a “flor de nascer no lixão”.²⁸ É o que refletiremos no próximo capítulo, pois buscaremos vislumbrar o desenvolvimento da identidade étnico-racial em detrimento da existência da prática da heteroclassificação de cor entrelaçada à percepção de uma cultura subalternizada.

²⁸ Referência a música “Vida Loka, Pt. 1” do grupo de Rap - Racionais MC’s - Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/64916/>>. Acesso em 11/04/2024.

3 IDENTIDADE NEGRA: O ELEMENTO DE ROMPIMENTO PARALELO À CULTURA DE SUBALTERNIDADE NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

*“Mesmo o leito seco de um rio ainda guarda o seu nome.”
(Provérbio africano)*

A memória como ferramenta de lembrança é uma das grandes características pelas quais a humanidade é conhecida, utilizando-a como benesse, vive-se em nostalgia, em boas sensações, mas também conseguimos utilizá-la como artifício de domínio e poder. Se conhecer a história é utilizar a memória para lições pessoais, se apropriar da história é desejar controlar aquilo que as pessoas podem ou devem conhecer.²⁹

O passado, não é um objeto da memória esvaziada de referências ou de reverberações no presente, muito do que ocorreu nos tempos anteriores ao presente em que se analisa, nas construções, formações e desenvolvimentos, refletem e direcionam causas de diferentes maneiras na vivência daqueles que só constataam o presente. Mas, guardar na memória aquilo que se foi seja de ruim ou de bom, precisa ser uma prática de consciência histórica, onde “o tempo histórico é feito do combate entre permanência e mudança, e o ‘sempre foi assim’ e o ‘vai ser sempre assim’ são expressões de quem não pôde pensar historicamente”³⁰.

Por isso, a referência daqueles que guardam e se lembram do passado de lástima, orientam-se em renovação, em luta por uma lembrança ressignificada, de um compartilhamento do exemplo, para que os novos pares que venham a seguir trilhos a serem percorridos, saibam e reconheçam aquilo que foi, aquilo que é, e aquilo que pode ser.

Orientados por esta reflexão que estaremos conduzindo este capítulo, relacionando o passado em uma análise guiada pelo avançar dos anos do século XX, no contexto onde a heteroclassificação de cor é institucionalizada, desenvolvida e modificada, mas que se entrelaça com um rompimento; a afirmação da identidade negra em suas produções e ações de pensamento, sentimento e orientação de si, mesmo em meio à subalternidade cultural, que fora concebida nacionalmente.

3.1 Caleidoscópio Historiográfico

²⁹ A ideia aqui é notar o que foi dito por George Orwell em sua obra distópica, sobre “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado” - ORWELL, George. 1984. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2009, 414 p.

³⁰ CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica**. 1°. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011; p. 61.

Antes de nos debruçarmos sobre as “flores que nasceram no lixo”, relacionando-os com a formação da identidade étnico-racial do negro(a) em território nacional e o fato da heteroclassificação de cor, precisamos compartilhar o que nos ajudará a entender as relações raciais em detrimento da produção cultural atrelada as extensões dos conflitos sócio-raciais nas décadas subsequentes ao código civil de 1916, e os desdobramentos das mudanças no tempo e no espaço e nas condições individuais e coletivas da nação até a constituição de 1988.

A metáfora utilizada como título deste tópico refere-se a uma elaboração de Barros (2005), quando formula que o compartilhamento do conhecimento histórico na historiografia contemporânea deve ser guiado por amplificações, por percepções abrangentes acerca do tempo estudado, mas também, através do que o historiador no presente dispõe, o fato com um certo distanciamento de análise, permitindo assim uma averiguação um pouco mais consciente do tempo e do espaço estudado. Segundo Barros (2005, p. 5):

O giro do caleidoscópio historiográfico, enfim, ocorre em consonância com as motivações de uma época, com as necessidades de uma determinada sociedade, com as suas nem sempre perceptíveis imposições políticas, com a sua capacidade de colocar certos problemas (o que geralmente ocorre quando esta sociedade tem a capacidade de resolvê-los).³¹

Então, amparados por essa percepção metafórica, tentamos compreender as movimentações dos(a) negros(a) individualmente e coletivamente em território nacional. De maneira organizacional procuramos pensar nas elaborações das movimentações destes indivíduos de cor em quatro períodos do século XX, que nos direcionam a entender como o pensamento de uma coletividade proeminente que se postulava a se auto-representar, em busca de direitos e transpor o lugar direcionado pela hierarquia social, de lugar de subalternidade, fora constituído.

Nossas lentes do caleidoscópio estarão viradas para os recortes temporais, entre 1931-1937, 1938-1944, 1945-1964 e 1978-1988. Utilizamos desses recortes temporais baseados na obra de Petrônio Domingues (2007), quando se propõe a traçar apontamentos históricos sobre os movimentos negros brasileiros, porém como definição, nos diferenciaremos um pouco dos seus recortes, para pensar o negro no Brasil, em ampliação aos movimentos negros desenvolvidos no século XX.³² Essas atribuições no tempo histórico da nação brasileira, foram sistematizadas aqui, por entendimento de que estes períodos representam significativas

³¹ BARROS, José D'Assunção. O CAMPO DA HISTÓRIA: A PARTILHA DO SABER HISTÓ. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Londrina, p. 1 - 8, 2005.

³² DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: Alguns Apontamentos Históricos. **TEMPO**, [s. l.], p. 1 - 23, 2007.

modificações no pensar dos indivíduos da nação e em como os negros(a) passaram a se articular para fomentar uma afirmação individual e coletiva, contraposta a herança estigmatizada relacionada a cultura escravista, mas também por que se relacionam com o prosseguimento do fato da heteroclassificação enquanto ação institucionalizada e aos modos de sentir e lidar em detrimento destas condições sociais.

Cada lente em particular nos guiará a um momento histórico em que a representação de si, as circunstâncias sociais, políticas e culturais estarão em voga atrelada às relações sócio-raciais da nação, nos conduzindo ao entendimento acerca de um “senso histórico”, a percepção que a compreensão de épocas, vivências, desenvolvimentos na sociedade, guiadas pelo olhar de uma historicidade nos conduzem ao que reflete Cerri (2011), sobre uma consciência histórica, exemplificando que ela é: “[...] uma das condições da existência do pensamento: não está restrita a um período da história, a regiões do planeta, a classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social geral”. (Cerri, 2011, p. 27-28) E ainda direciona que: “Para isso, ‘história’ não é entendida como disciplina ou área especializada do conhecimento, mas como toda produção de conhecimento que envolva indivíduos e coletividades em função do tempo”. (Cerri, 2011, p. 28)

Entendemos, que a heteroclassificação de cor não nos será refletido entre estes pares que se encontram nestas temporalidades, por meio de artigos, ou em algum número de periódicos ou jornais, por que o questionamento do fato enquanto mais uma das marcas de reprodução das problemáticas das relações sócio-raciais, não foram problematizadas de alguma maneira nas relações circunstanciais do período.

Porém, a formação da identidade étnico-racial destes nos será apresentada como mecanismos de “rompimento da bolha”, por um entendimento de que a mudança precisava ser feita, em detrimento do quadro social destes indivíduos e a maneira pela qual deveria ser feita, era e foi, assumir o lugar de protagonismo de sua própria história.

3.1.1 Combinações em ajustes à primeira lente

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por abrangentes transformações nos diferentes âmbitos da sociedade nacional, em sua esfera econômica, social e em sua produção cultural. Em consideração as relações sócio-raciais, as ideologias de branqueamento ou as discussões sobre eugenia no Brasil foram ampliadas e tornadas pautas de congressos com fins políticos, visando “[...]a segregação racial, o impedimento de casamentos inter-raciais e seleções de imigrantes pautados na raça do indivíduo” (Tamano, 2021, p. 5). Formulações

sobre o nosso maior mal foram definidas, onde o que nos era mais prejudicial se definia como “a mania de passar pelo que não somos”³³, guiando neste discurso a formação de um nacionalismo desconcertante e desalinhado.

A literatura nacional teve através de Recordações do escrivão Isaías Caminha (1909), e Triste fim de Policarpo Quaresma (1911), por meio de Lima Barreto a exemplificação da exploração da produção cultural que relacionava a situação sócio-racial e a ambientação dos diferentes indivíduos da nação, em detrimento de oportunidades e melhores condições de existência.

Outra particularidade do início do século se deu através da imprensa negra paulista, a qual condicionou a constatação de que no Brasil “atuavam grêmios recreativos, clubes dançantes, esportivos, dramáticos, literários ou carnavalescos”³⁴, na produção dos periódicos que no combate à discriminação racial e na luta para se desvencilhar do estigma formado sócio-culturalmente através do sistema escravocrata, organizava-se coletivamente em busca de ascensão e maiores condições socioeconômicas para os “indivíduos de cor”³⁵, como se autodenominavam.

Característica deste período também, é a condição sócio-política que se reproduzia e se perpetuava por meio da condição oligárquica que detinha a sistematização governamental e regia as decisões que imperavam no âmbito social. Estes foram alguns poucos elementos aos quais caracterizavam a sociabilidade da primeira república em detrimento das relações sócio-raciais, sem mencionar as questões econômicas, como a ampliação da industrialização e a escalada das mudanças demográficas do rural para o ambiente urbano.

3.2 LC = 1931-1937

³³ Reflexão feita por Sylvio Romero, em janeiro de 1908, ao se debruçar sobre que o maior mal da nação, não era a febre amarela, as secas do norte, o clima tropical, as oligarquias estaduais e nem tão pouco a politicagem, era sim o nosso feitiço, ou melhor o feitiço da sociedade daquele tempo de desconhecer-se de si mesmo, de sua história, de uma consciência positiva segundo ele do que realmente “somos” - ROMERO, Sylvio. Provocações e debates: (Contribuição para o estudo do Brasil Social). [S. l.: s. n.], 1910. 416 p.

³⁴ É importante que venhamos a referenciar o site, sobre o acervo da imprensa negra paulista que aprovada em 1981 na FFLCH-USP, detém periódicos de 1903 à 1963, como maneira de ampliar as pesquisas com temáticas sobre as relações sócio-raciais no Brasil - Disponível em: <<https://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/>>. Acesso em 27/04/2024.

³⁵ Muitos dos periódicos formulados por indivíduos negros, se autodenominavam como sendo produções dos Homens de cor, o que era comumente a designação dos clubes de reuniões ou das produções de muitos dos jornais, como em “O Baluarte” Subtítulo: Órgão oficial do “Centro Litterario dos Homens de Côr”. Local de Publicação: Campinas – SP Redator: Benedicto Florencio Início: 1903.

Mas, direcionando as nossas “lentes caleidoscópicas” vejamos. Entre setembro e outubro de 1931, nascia uma das maiores entidades sócio-políticas de negros(a) em território nacional, oriundo de uma percepção de que o negro enquanto ser cidadão, deveria se posicionar contra aquilo que preponderava em oposição a si mesmo, o preconceito guiado pelo estigma da escravidão e as práticas racistas provenientes das concepções ideológicas do racismo científico e das políticas de branqueamento.

A Frente Negra Brasileira tem uma participação importante e controversa na história das relações sócio-raciais em nosso território nacional, onde em 7 anos de existência legal e legitimada, produziu orientações e uma organização sistêmica acerca do debate da integração do negro(a) na sociedade nacional, direcionando para os membros da organização, cursos, espaços de socialização, cultura e o desenvolvimento do debate político³⁶.

Sendo primeiramente desenvolvida na cidade de São Paulo, a organização teve sua expansão identificada em cidades dos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. O importante de conhecer e reconhecer a atuação da Frente Negra Brasileira é compreender o contexto vivenciado por seus personagens no período entre 1931-1937 onde, segundo Lannes (2002, p. 46):

Apesar de ter sido criada no momento de substituição das teorias de branqueamento e racismo científico pelo mito da democracia racial e a valorização da raça mestiça, a Frente Negra Brasileira sempre buscou combater a tendência de se acreditar na ausência de preconceito racial no Brasil. O objetivo era reconhecer, encarar e combater o racismo. Condenavam sempre o ódio e a solução segregacionista norte-americana. A intenção não era criar uma escola para negros, e sim fazer com que os negros frequentassem tranquilamente as escolas dos brancos.³⁷

A FNB em sua atuação deve ser considerada uma marca legítima no entendimento da luta contra a discriminação racial em seu período de atuação, onde, perante uma constituição de um novo olhar do negro para si mesmo e a concepção de protagonista de sua própria história, caracterizaria um elemento das considerações daqueles que refletem sobre o exercício do negro enquanto cidadão brasileiro.

A Frente Negra Brasileira produziu, condensou e solidificou em seus “anos áureos” essa forma de pensamento, onde nomes como Arlindo Veiga dos Santos, José Correia Leite, Salathiel Campos, Isaltino Veiga dos Santos, Jayme de Aguiar e Abdias do Nascimento foram os que se destacaram no desenvolvimento do grupo e em sua expansão durante os anos de

³⁶ Disponível em: <<https://ipeafro.org.br/acervo-digital/documentos/antecedentes-do-ten/frente-negra-brasileira/>>. Acesso em 29/04/2024.

³⁷ LANNES, Laiana. A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos 1930. Dissertação de Mestrado em História Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2002.

legitimidade antes do Estado Novo. As tendências de pensamento dentro da organização eram expandidas, o exercício do pensamento único não era uma prática existente, a diversidade de ideias contemplava “socialistas, comunistas, monarquistas, fervorosos getulistas e antigetulistas”³⁸

É bem verdade que grande parte das organizações sociais dos negros(a) no período anterior a fundação da FNB, exerciam este papel de posicionar-se perante o entendimento de que o negro fazia parte da sociedade nacional, portanto, deveriam ser inseridos como cidadãos e deixar de ser uma identidade do atraso, da lástima, do estigma. Entretanto, com a chegada da FNB não somente uma voz foi homogeneizada, mas um discurso de combate e uma fundamentação perante os objetivos a serem alcançados se tornaram sistematizados.

De maneira coletiva, porém, a FNB é circunstancialmente contestada e isto é compreendido em seu tempo de atuação, em anos posteriores quando as organizações negras se encaminharam para outra forma de atuação e contemporaneamente por uma perspectiva de não entendimento acerca do contexto sócio-histórico.

Se por uma parte a organização se definia como “uma força social, que visava a elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física”³⁹, com a finalidade de atuação para a gente negra, por outro lado, ela passou a se identificar político-ideologicamente com um nacionalismo que flertava e se direcionaria a compreender a sua existência por uma perspectiva fascista.

De forma precisa, a FNB foi essa condição de sistematização de luta racial, em busca da elevação do negro(a) em seu contexto temporal, em suas circunstâncias específicas em detrimento da reprodução de uma cultura de subalternidade, onde identificou, caracterizou e definia o lugar dos indivíduos, ainda atribuídos em sua grande maioria, por intermédio das relações coloniais e imperial, que formularam um quadro do espaço a ser vivenciado por estes indivíduos de cor, relacionando-os, ao espaço social de subalternos na hierarquia da sociedade brasileira.

Entretanto, em contraposição, a configuração da FNB acarretava por meio de seus líderes, principalmente na figura de Arlindo Veiga dos Santos, “a questão racial no Brasil em

³⁸ Reflexão feita por Priscila Camazano, relatando o que Petrônio Domingues desenvolveu sobre a identidade de pensamento que caracterizava o movimento negro em questão. - Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entenda-o-que-foi-a-frente-negra-movimento-pioneiro-criado-ha-90-anos/?amp=1&gad_source=1&gclid=CjwKCAjwjeuyBhBuEiwAJ3vuoTtOWQbH-iDo52a5zqdZO827z7E7-wp1gn1TT0jrSVB7YVCL7fo7aRoCl7QQAvD_BwE>. Acesso em 02/05/2024.

³⁹ DIAS, Matheus Felipe Gomes. A FRENTE NEGRA BRASILEIRA: INSTITUCIONALIZAÇÃO, CONTESTAÇÃO E FASCISMO. *Práxis Comunal*, 2019, p. 21.

direta relação com as perspectivas nacionalistas”⁴⁰, influenciado através do flerte com as notícias que chegavam acerca do contexto histórico de franco crescimento da perspectiva fascista na Europa da época. De acordo com Dias (2019, p. 9):

No que diz respeito à FNB, a formação de uma estrutura fascista estava diretamente ligada a diversas características supracitadas. Para além disso, a relação entre os movimentos patrianovistas e o movimento integralista estavam diretamente associados à FNB. Nesse sentido, parte dos fundadores da FNB, tais como Arlindo Veiga dos Santos, ajudaram a fundar o movimento Pátria-Nova (1929), ligado ao Centro Monarquista de Cultura Social e Política. Posteriormente, parte dos militantes patrianovistas criaram, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB).⁴¹

Contudo, refletir sobre o desenvolvimento da luta contra a discriminação racial neste recorte da atuação da FNB é compreender sua atuação como um todo, sua participação e influência nas individualidades de muitos negros(a) estigmatizados, nos espaços sociais da nação e como a formulação da identidade étnico-racial destes indivíduos se desenvolvia em detrimento do que Dias (2019), afirma tendo como referência a reflexão de Rios (2014): “[...]para a FNB um negro pertencente à classe dominante era motivo de celebração, de vitória individual e coletiva”. (Dias, 2019, p. 11)

Portanto, a FNB foi essa junção de ideais que podem ser caracterizadas no espectro político por pensamentos a esquerda com José Correia Leite, porém, predominantemente mais ligado com fundamentações conservadoras a direita na figura de Arlindo Veiga dos Santos, em detrimento desta busca, pelo que ficou conhecido como a segunda abolição no Brasil.⁴²

3.3 LC = 1938-1944

A busca em constituição da identidade étnico-racial destes indivíduos que almejavam romper com o passado de lástima e orientar-se ressignificando ideal e socialmente sua atuação enquanto cidadãos da nação brasileira, teve uma descontinuidade momentânea. A institucionalização do Estado Novo, fomentou um período de silenciamento em detrimento das

⁴⁰ Ibidem

⁴¹ Ibidem

⁴² A ideia de “segunda abolição” no Brasil, não é orientada por uma reflexão avulsa, os que se amparam nesta condição de pensamento, reconheciam que esta ideia deveria ser caracterizada pela autoafirmação da população negra em um primeiro momento e dos mestiços descendentes de ex-escravizados como decorrência. De acordo com Mara e Silva (2021), essa busca por uma segunda abolição fomentaria uma concepção de reestruturação à qual a primeira não formalizou, concebendo a inserção do negro(a) no ambiente de trabalho e no desmantelamento do racismo enquanto prática de preconceito racial.

buscas identitárias das coletividades negras, onde partidos políticos, liberdades individuais e a possibilidade das organizações sociais de atuarem foram proibidas/suspensas.

Os periódicos ou jornais elaborados por negros(a), foram impossibilitados de continuar sua atuação, segundo Schwarcz e Starling (2015), a interferência no quesito comunicação foi orientado e direcionado por meio do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda. De acordo com a atuação deste departamento, a intervenção foi concebida “em todas as áreas da cultura brasileira; censurou formas de manifestação artística e cultural; instrumentalizou compositores, jornalistas, escritores e artistas e desenvolveu múltiplas linhas de ação” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 376).

Como a principal característica do Estado Novo se encontrava no autoritarismo da figura central de seu líder, a concepção de um “Estado autoritário, modernizante e pragmático”⁴³, orientou também a esquematização da produção cultural, e a formação da identidade nacional. Contudo, aquilo que se desejava construir como sendo uma solidificação das liberdades identitárias do negro(a) enquanto indivíduo nacional norteado por uma reconstrução de sua imagem social, o Estado na condição de autoritário, fomentou um desaparecimento dessa “luta”, formalizando desse modo, uma identidade social única, onde:

Na representação vitoriosa dos anos 1930, o brasileiro nasce, portanto, onde começa a mestiçagem. A mistura deixou de ser desvantagem para tornar-se elogio, e diversas práticas regionais associadas ao popular – na culinária, na dança, na música, na religião – seriam devidamente desafrikanizadas, por assim dizer. Transformadas em motivo de orgulho nacional, foram aclamadas, e são até hoje consideradas, marca da originalidade cultural do país. (Schwarcz; Starling, 2015, p. 378)⁴⁴

Se pensarmos na organização dos pares envolvidos nesta busca por uma construção identitária ressignificada, a unificação de identidade, no caso, uma unidade nacional elaborada pelo Estado Novo, aparenta direcionar uma prática de favorecimento a estes indivíduos, que durante estas primeiras décadas do século XX objetivaram a condição de cidadãos da pátria, em detrimento do reconhecimento que nesta sociedade os condicionava a subalternidade.

Entretanto, as ações desenvolvidas no contexto da época que relacionam as organizações sociais negras e os movimentos orientados a essa condição em busca de uma cidadania guiada por essa identidade ressignificada, nos direcionam a pensar por perspectivas diferentes. Pois a concepção do regime na esfera cultural, foi a de uma construção de uma brasilidade, uma elaboração nacionalista que direcionava um reconhecimento das distintas

⁴³ SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 375

⁴⁴ Ibidem

características do seus cidadãos, um projeto de exaltação nacional, organizado e posto em prática por um poder controlador que via na mestiçagem o ponto focal para o discurso político interno e externo, entretanto, este discurso era orientado por uma aglutinação cultural, aparentemente desmembrada de entendimento, como num “caldeirão cultural”⁴⁵, e isso como a representação exímia de sua gente, procurando desconhecer e esquecer o argumento racial, e alocando a desigualdade social como um componente que seria vencido no desenvolvimento da união dos seus cidadãos, quando estes compreendessem a sua nacionalidade.

Alguns fatores nos auxiliam a pensar sobre uma aparente dualidade existente no contexto desta elaboração nacionalista, onde a própria continuação do componente cor nas certidões de nascimento reafirmadas no decreto de nº 4.857, de 9 de Novembro de 1939, se propagam; a impossibilidade das organizações político-sociais negras de se manterem em funcionamento legítimo, assim também como outras agências políticas de atuação “democrática”; o compromisso com a elaboração perante símbolos da representação nacional; a funcionalidade da produção cultural como linguagem política de afirmação do regime, para pintar um quadro que não deixasse ser visto os descompassos e as arestas que formavam a nossa sociedade da época.

Portanto, nossa lente caleidoscópica virada para o recorte entre 1938 - 1944, nos direciona e informa em específico sobre as conturbadas condições de atuação negra em território nacional, guiadas por meio do condicionamento do Estado Novo, em sua atribuição autoritária, mas também sem perder de vista o condicionamento imaginário elaborado por uma atribuição de pensamento nacional, que se sobrepôs, aparentemente as identidades individualizadas, pois o mal não era a desigualdade racial ou social, nem o preconceito racial existente, pois somos uma “nação miscigenada”, o nosso mal era o “perigo comunista”⁴⁶.

3.4 LC = 1945-1964

Se a formação da identidade étnico-racial do negro(a), que pensamos aqui, se ampara nas esferas psicológicas, sociais e biológicas, a fundamentação desta construção neste florescer

⁴⁵ Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Crisol_de_ra%C3%A7as#:~:text=Crisol%20de%20ra%C3%A7as%20\(em%20ingl%C3%AAs,quando%20uma%20sociedade%20homog%C3%AAnea%20torna%2D%3E](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crisol_de_ra%C3%A7as#:~:text=Crisol%20de%20ra%C3%A7as%20(em%20ingl%C3%AAs,quando%20uma%20sociedade%20homog%C3%AAnea%20torna%2D%3E)>. Acesso em 03/05/2024.

⁴⁶ Retrato pintado sobre os motivos constituídos para a elaboração de “nosso pequenino fascismo tupinambá”; SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 374.

de períodos foi alicerçada por meio de uma ideia de contingência⁴⁷, na percepção de que estes indivíduos deveriam estar preparados para qualquer coisa. Se o componente cor que condicionava uma percepção do quesito raça, constituído socialmente estava sendo modificado na esfera do discurso político para uma assimilação do “ser miscigenado”, no prisma de uma sociabilidade, estes indivíduos miscigenados(a) ou negros(a) estariam condicionados ainda a um determinismo hierárquico social.

Nossa lente caleidoscópica em questão, nos direciona a ampliação do que o prolongamento da prática da heteroclassificação de cor reflete, pois a concepção de estigma racial não é diminuído entre os anos anteriores, como se durante os anos do Estado Novo, a busca por uma identidade nacional servisse como plano de ação na esfera cultural e na direção política para o desmantelamento das permanências hierárquicas desta sociedade, porém, parecem conduzir-se como um braço de sustentabilidade de permanências.

O determinismo hierárquico social comentado anteriormente, nada mais é que a permanência, ou a vagarosidade do reconhecimento das desigualdades direcionadas a estas coletividades, principalmente na figura dos ex-escravizados e seus descendentes, esta ideia fomenta e direcionou a concepção que o lugar ou o meio social em que um indivíduo nasce determina sua vida e suas ações, porém, para estes indivíduos não era o local de seu nascimento, era o seu nascimento; uma ótica de pensamento que se reproduz advinda do darwinismo social⁴⁸.

Entretanto, no alvorecer de um novo dia, nas sombras das perpetuações de práticas de esquecimento, o olhar para o florescimento estava atrelado a arte de se reinventar, compreendendo-se em sua dor, porém ampliando o seu caminhar.

Foi sobre esta inventividade que o TEN foi concebido, se a representação do negro(a), na arte da interpretação estava sendo feito por um indivíduo que não entendia as dores, as alegrias, ou as dificuldades do se ser negro(a), essa mesma arte forneceria bases para um novo olhar de si para si mesmo.⁴⁹

⁴⁷ O conceito filosófico de contingência direciona a ideia de uma existência daquilo que não é necessário, nem impossível, mas que pode ser ou não. Como se uma verdade estivesse amparada na percepção circunstancial, algo que é possível, mas incerto, que pode vir a ocorrer, mas não necessariamente.

⁴⁸ De grosso modo uma teoria desenvolvida na década de 1870 que orientava a crença de que existiria ou deveria existir o entendimento de que uma sociedade ou um grupo social é superior a outro(a), produzindo uma hierarquização que associava uma dinâmica de competitividade entre indivíduos e coletividades. - BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. **Educar**, Curitiba, n. 12, p. 1 - 13, 1996.

⁴⁹ O fato que direciona a criação do TEN é uma experiência vivenciada por seu criador, Abdias Nascimento, quando prestigiando em Lima, no Peru, uma peça no teatro municipal da cidade, se deparou com o personagem da ficção, o herói da trama denominada de Imperador Jones, ser interpretada por um ator branco tingido de preto, este foi o que despertou segundo o próprio Abdias Nascimento a modificar o quadro social e cultural em seu próprio

O Teatro Experimental do Negro foi concebido um ano antes da nossa lente aqui pensada, 1944 é o ano da formatividade de uma das organizações artístico-sociais da nossa história nacional, a qual produziu e se propôs a trabalhar para uma novidade de percepção, e um legado de conscientização, porém é no ano de 1945 que a atuação/apresentação do TEN vai ser posta a vista, em sua primeira apresentação artística no teatro municipal do Rio de Janeiro. De acordo com NASCIMENTO (2004), “não interessava ao TEN aumentar o número de monografias e outros escritos, nem deduzir teorias mas a transformação qualitativa da interação social entre brancos e negros”(NASCIMENTO, 2004, p. 3).

Se neste recorte de meados do século passado, a produção de estudos, teorias e a utilização de paradigmas para o entendimento da realidade nacional na esfera racial, no tempo, era concebida por diferentes idealizações em conflito, como a democracia racial, no ideal de mestiçagem, ou ainda os porões do pensamento eugenista que se encontravam na figura de Renato Ferraz Kehl⁵⁰, o TEN se definia por uma extensão pragmática, no reconhecimento realista e objetivo de que se o indivíduo negro(a) não poderia e não detinha espaço nas trajetórias da arte cênica, uma forma de contrapor tal orientação social tornada cultural, seria um rompimento que conduzisse a um direcionamento.

Nascimento (2004) afirma que “bochava-se de negro um ator ou atriz branca quando o papel contivesse certo destaque ou alguma qualificação dramática. Intérprete negro só se utilizava para imprimir certa cor local ao cenário, em papéis ridículos, brejeiros e de conotações pejorativas”⁵¹, mediante a esse reconhecimento o ajuntamento de Abdias do Nascimento, assim como outros célebres indivíduos, produziram e orientaram a introduzir na arte cênica brasileira, uma profunda e complexa dimensão da verdade dramática da personalidade da coletividade negra, em suas vicissitudes e circunstâncias.

O objetivo do TEN era uma transformação prática, que produzisse a valorização do negro(a) e sua cultura através do teatro, o reconhecimento de si nas produções do grupo, onde a educação direcionasse conscientização, engajamento e propósito de mudança. Para NASCIMENTO (2004), eles teriam um desafio grandioso, pois era preciso uma mudança de concepção psico-identitária, muito mais do que uma transformação nas condições de

país. - NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões. ESTUDOS AVANÇADOS, [s. l.], p. 1 - 16, 2004.

⁵⁰ Um dos grandes divulgadores e defensores do eugenismo no Brasil nas primeiras décadas do século passado. Encarava a miscigenação racial como responsável por uma suposta degeneração dos brasileiros que prejudicaria o progresso do país. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/vanderlei-de-souza-lanca-livro-sobre-renato-kehl-e-a-eugenia-no-brasil>>. Acesso em 03/05/2024.

⁵¹ NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões. ESTUDOS AVANÇADOS, [s. l.], 2004, p. 1.

desigualdade social, onde fome, moradia, falta de emprego era direcionado, em muitos casos, a essas coletividades. Assim como afirmou em uma reflexão acerca do que era preciso ser feito:

Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido. Tarefa difícil, quase sobre-humana, se não esquecermos a escravidão espiritual, cultural, socioeconômica e política em que foi mantido antes e depois de 1888, quando teoricamente se libertara da servidão.⁵²

O grupo foi assim se afirmando na esfera cultural do período, nas labutas das construções de figurinos, na criação de textos que compreendessem e retratassem as vivências dos negros(a), na orientação de palestras, cursos, na educação de crianças, jovens e adultos em detrimento de uma ideia de negritude, a valorização pessoal da personalidade e cultura do negro(a), visando estabelecer o teatro como “espelho e resumo da peripécia existencial humana, como um fórum de ideias, debates, propostas e ação, visando à transformação das estruturas de dominação, opressão e exploração raciais implícitas na sociedade brasileira” (NASCIMENTO, 2004, p. 13).

O Teatro Experimental do Negro, fomentou conferências e congressos tendo em voga a temática política, cultural e social do negro(a) na sociedade nacional e ainda produziu um jornal entre 1948 - 1950, denominado “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”⁵³, onde neste periódico, 10 números foram publicados com a coordenação de Abdias do Nascimento, onde sua funcionalidade se propunha a :

Demonstrar o movimento negro como ator político e educador na representatividade feminina. Demonstrou aos seus leitores uma carga teórico-política para analisar a condição da população negra naquele período, ao mesmo tempo em que era espaço profícuo da cultura negra, através da divulgação de eventos cotidianos, tais como festas, bailes, concursos de poesia e beleza negra, os quais raramente apareciam em veículos da grande imprensa, ainda que parte da própria população brasileira fosse desescolarizada, representando uma barreira na difusão das ideias.⁵⁴

O TEN formalizou sua atuação até o ano de 1961, onde as dificuldades em detrimento das precariedades dos recursos financeiros, e o poder aquisitivo de seus partícipes impossibilitaram a permanência e a atuação do grupo. Porém, o legado produzido para muitos

⁵² Ibidem

⁵³ Arquivo com os registros da história e com todos os números lançados do jornal, quando da sua atuação - Disponível em: <<https://www.ojornalquilombo.com.br/p%C3%A1gina-inicial>>. Acesso em 07/05/2024.

⁵⁴ Discurso de apresentação sobre a atuação e a funcionalidade do jornal Quilombo - Disponível em: <<https://www.ojornalquilombo.com.br/p%C3%A1gina-inicial>>. Acesso em 09/05/2024.

indivíduos negros(a), de forma prática, objetiva, mas também de incentivo e direcionamento do caminho a ser percorrido, teve não somente na produção cultural de espetáculos como “O Imperador Jones em 1945, Todos os Filhos de Deus Têm Asas, O Moleque Sonhador, O Remorso do Negro Damião, Othello em 1946, Recital Castro Alves, Terras do Sem Fim, O Filho Pródigo, Auto da Noiva, em 1947.”⁵⁵

Tendo ainda entre o ano de 1948 e 1960, treze espetáculos constituindo atores e atrizes que foram formados através dos cursos do grupo onde inicialmente “operários, empregadas domésticas, moradores de favelas sem profissão definida e modestos funcionários públicos”⁵⁶, eram os grandes atuantes dos espetáculos conduzidos na companhia, assim também despontaram grandes nomes que são conhecidos na arte da dramaturgia brasileira, como Ruth de Souza, Tereza Santos, Aguinaldo Camargo e Haroldo Costa.

O TEN foi e deve ser conhecido como uma das grandes organizações estratégicas integracionistas que direcionaram o negro(a) perante uma culturalidade étnico-racial, cidadã nacional, através da esfera cultural na representação da arte cênica como modeladora da identidade individual e coletiva. Seu fim deu-se em 1961, e posteriormente a ele, “o silêncio dos bons”⁵⁷, teve seu início e uma prolongada e extensiva atividade foi conduzida por ele na sociedade brasileira.

3.5 LC = 1978-1988

Se a assimilação e a integração dos negros(a), se fizeram buscas/desenvolvidas entre os períodos anteriores, quando da atuação da FNB e do TEN, na lente caleidoscópica em questão visualizaremos algo diferente. A produção de uma identidade étnico-racial combativa em detrimento de uma percepção diferencialista, relacionará os últimos anos de institucionalização da heteroclassificação de cor como componente existente nas certidões de

⁵⁵ O registro dos espetáculos do TEN podem ser conhecidos através deste arquivo que referência todos os espetáculos elaborados, produzidos e apresentados pela “companhia de teatro” do TEN. - Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399330/teatro-experimental-do-negro-ten>>. Acesso em 10/05/2024.

⁵⁶ Descrição noticiada acerca do TEN, retratando sua história e constituição - Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/teatro-experimental-do-negro-ten>>.

⁵⁷ Trecho de uma frase atribuída a Martin Luther King Jr. “O QUE ME PREOCUPA NÃO É O GRITO DOS MAUS, MAS O SILÊNCIO DOS BONS” - Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-que-me-preocupa-nao-e-o-grito-dos-maus-mas-o-silencio-dos-bons>>. Acesso em 10/05/2024.

nascimento, em uma fundamentação compartilhada, de cultura de inclusão guiada na reivindicação da igualdade na diferença de modo mais intensificado.

Pode-se dizer também contundente. Não há como conhecer a relação humana sem entender a sua orientação vivenciada através de suas circunstâncias passadas, se o fato da heteroclassificação de cor continuasse após a constituição de 1988, talvez o engendramento para sua perpetuação teria sido a de uma ressignificação do fato, ou o entendimento guiado pela maioria da população nacional de que ela poderia condicionar algo diferente, uma conscientização de orgulho e isso representado na defesa de sua origem, entretanto, não pretendemos se utilizar aqui de uma análise histórica especulativa, mas entendendo o fato como mais um motivo controverso das mais variadas decisões feitas institucionalmente, perante as relações sócio-raciais da nação.

Retornando ao “contundente”. Um dos personagens que sem sombra de dúvidas direcionaram as novas modificações no pensar da individualidade negra e na organização coletiva de combate ao racismo se deu, fomentada, não somente pela luta contra a discriminação racial ou o preconceito de marca ou de cor, mas também pelo contexto vivenciado; a ditadura civil-militar foi infelizmente, um dos rastros para que o pensamento formativo do negro(a) enquanto grupo social se mobilizasse de maneira imperativa.

Se do fim do TEN e do legado da FNB já haviam se passado muitos anos, o contexto histórico nacional produziu através deste tempo de deslocamento, a representação de uma luta quase maniqueísta, que condicionava a percepção de que o que fora anteriormente feito, o desenvolvimento elaborado, necessitava ser modificado.

O MNU que fora fundado em 7 de julho de 1978 oficialmente, foi este contínuo incentivo de modificação e também de ressignificação da luta racial para o seu próprio tempo, se no seu primeiro ato prático/simbólico anteriormente a sua fundação oficial, em frente as escadarias do teatro municipal de São Paulo, foi bradado “Não Podemos Mais Calar”⁵⁸, a formatividade da atuação deste coletivo social contra a discriminação racial e a luta contra a violência ao povo negro(a) se dera por meio de uma convocação, no entendimento de que o ajuntamento consciente das individualidades negras, conseguiriam reclamar, produzir e conseguir uma reparação histórica perante a população negra no Brasil.

O Movimento Negro Unificado durante as décadas de 1970 e 1980, se dirigiram para uma estratégia de combinar a luta do negro(a) com os oprimidos da sociedade, nela as

⁵⁸ Trecho que inicia a carta convocatória do Movimento Negro Unificado - Disponível em: <<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/YjM7mdRmDBWd8FKwX6atK9RcYEZCzupU7dc6mrWAW4YzRErTQu9Rh3yeY3h/his9-21und02-carta-convocatoria-do-mnu.pdf>>. Acesso em 15/05/2024.

idealizações sobre uma consciência social se fizeram categorizadas por meio do que Domingues (2007) afirma: “A tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente desferir a denúncia pública do problema do racismo. Pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: ‘negro no poder’.” (Domingues, 2007, p. 15).

O crime sobre a prática de preconceito racial ou racismo praticado contra o negro(a) era vigente desde 1951, através da Lei Afonso Arinos⁵⁹. Entretanto, o quadro de desigualdade social e a violência policial contra os indivíduos de cor chegaram ao período da ditadura como um mecanismo de extensão dos resquícios das problemáticas produzidas pelo racismo e a cultura escravista que reverberava na sociedade nacional.

O ideal de “negros no poder”, não era somente uma concepção a respeito do futuro daqueles que estavam vivenciando o período, mas um anseio de que o presente fomentasse e direcionasse tais quadros a serem contemplados, e isto passou a ser interpretado como direção a ser constituída. Os símbolos e as representações se modificaram, as bases e o compartilhamento das ideias para os partícipes do grupo e a gente negra pensada de forma abrangente foi alterada, com o intuito de se diferenciar do que não aparentemente apresentava mudança, o status, a condição psico-individual e o olhar alheio.

O 13 de maio como fato, não mais se deu como símbolo de lembrança da liberdade, mas fora transposta ao 20 de novembro como representação de luta, referenciando Zumbi dos palmares, as ideias produzidas e compartilhadas estavam ligadas a hegemonia do pensamento intelectual social do momento, “marxista, de orientação trotskista, convergência socialista”⁶⁰, a ideia de classe social, atrelada a luta de classes foi o impulsionador da caracterização do MNU, onde em seus desígnios, produziu o seu diferencialismo e um intencionalismo em defesa das forças políticas que representavam os ideais do espectro de esquerda, em busca de uma real modificação para estas coletividades.

A atuação social do MNU desenrolou-se com o período de redemocratização do país, mas também com a formulação da constituição federal chamada democrática, onde nos gritos e anseios de grande parte da população nacional a promulgação angariou o pensamento de que

⁵⁹ Lei contendo 9 artigos, que descreviam situações da vivência social, onde se fosse constatado o preconceito de “raça e cor” a punição direcionaria a prisão simples com prazo de 15 dias a 3 meses ou multas que variavam entre 500 a 5000 cruzeiros, sendo o ato constituído enquanto uma contravenção penal. - Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11390.htm>. Acesso em 16/05/2024.

⁶⁰ Domingues, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: Alguns apontamentos históricos. **TEMPO**, [s. l.], 2007, p. 13.

o “Muda, para vencer! muda, Brasil !”⁶¹, era uma esperança em referência daquilo que não se podia ver, o futuro.

Na Constituição Federal de 1988 a prática da heteroclassificação de cor foi deixada de ser institucionalizada, guiada ao esquecimento e orientada a uma marca histórica, um fato marcado no tempo, onde pudemos ver que em detrimento das muitas orientações existentes, as indicações dos modos coletivos de pensar e sentir, formularam práticas culturais, conduzindo nos diferentes períodos concepções de si e do outro, e de uma maneira bem mais coletiva de entendimento do que a identidade étnico-racial do negro(a) vem a ser, ela é uma construção histórica, atrelada sim ao fato estudado, nos informando que “uma realidade nunca é compreendida melhor do que por suas causas”⁶².

Portanto, no próximo capítulo estaremos problematizando acerca de um desabrochar prático das ressonâncias da heteroclassificação de cor em diferentes circunstâncias, quando da sua atuação ainda institucionalizada, compartilhada através das subjetividades individuais na sociabilidade existente das relações sócio-raciais da nação brasileira.

⁶¹ Frase que o então deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB) encerrou o seu discurso durante a promulgação da Constituição Federal do Brasil, na tarde do dia 5 de outubro de 1988. - Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/constituicao-de-1988-tudo-que-voce-precisa-saber>>. Acesso em 16/05/2024.

⁶² Bloch, Marc. **Apologia da história ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro. ZAHAR, 2001. p. 62.

4 O REVERBERAR DA HETEROCLASSIFICAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DAS IDENTIDADES INDIVIDUAIS

“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.”

(Provérbio Africano)

Se na transformação de nossas sociedades, as narrativas a serem conhecidas forem guiadas através da compreensão do presente pelo passado, e do nosso passado perante o nosso presente, a verossimilhança da história será encaminhada a um grande fio de esperança de entendimento. Contudo, o tilintar do sino da história em suas novas faces emerge como um alerta, um despertador compromissado, ao qual elabora-se e compromete-se a entender, refletir e compartilhar as novas narrativas acerca de fatos que anteriormente não eram nem cogitados.

Se na memória individual a dor pode ser um elemento predominantemente reconhecido, na reconstituição e na ressignificação das vivências passadas podem posicionar um imperativo, a orientação no desejo catártico, de uma verdadeira libertação, de um contemplar elucidativo e perdoador. Uma ação extensiva de cicatrização que contempla a si e ao outro, mas que redireciona ao que individualmente chega a importar, “o prazer de pensar e todo pensamento de prazer”⁶³. Palavras como tornar, existir e viver aparecem com contornos distintos, para os indivíduos que se entrelaçam neste viver de ressignificações e criações próprias de histórias pessoais.

Portanto, seja na defesa do que contar, porque falar e para que compartilhar, que venhamos a conhecer os vastos horizontes em que a história deve-se permitir estar, para que na análise ou no problema da imparcialidade da reprodução histórica, haja um novo caminho rumo à realidade de vivências passadas a serem conhecidas. Tal reflexão é orientada por informações e problematizações, as narrativas aqui compartilhadas são baseadas em um afastamento, e este de uma possível prática inventiva ou disforme de um silenciamento histórico e/ou historiográfico, para que não seja reproduzido um “amordaçamento da memória”⁶⁴, mas uma prática historiográfica que se atenta a conhecer, refletir, problematizar, informar e compartilhar.

⁶³ SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1º. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 35

⁶⁴ Termo utilizado por Lucimar Felisberto dos Santos, em uma reflexão ao blog da “Afro-Diálogos” - Disponível em: <<https://afrodialogos.webnode.page/l/ate-que-os-leoes-tenham-a-sua-historia-os-contos-de-caca-glorificarao-sempre-o-cacador/#:~:text=Esse%20livro%20%C3%A9%20uma%20recusa,configura%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20Dracial%20Dcultural>>. Acesso em 17/06/2024.

4.1 Sensibilidade da memória

Nos dois capítulos anteriores, caminhamos por uma exploração onde o nosso fato aqui estudado, a Heteroclassificação de cor, praticada no documento das certidões de nascimento dos indivíduos da nação em detrimento das ressonâncias na construção das identidades, reverberando entre uma fundamentação do que vem a ser a identidade enquanto conceito e a atribuição na vida individual e coletiva, mas também a apresentação de exemplos onde nas circunstâncias e diferenças sociais, o negro(a) se desenvolveu, enquanto ser individual e em uma fundamentação de coletividade.

Estaremos neste capítulo, ampliando nossas reflexões sobre o fato e a esquematização narrativa que construímos até aqui, não somente por intermédio das análises historiográficas, mas por meio de um método de pesquisa, a documentação oral ou melhor, as fontes orais. Nossas observações serão fundamentadas pela memória individual de participantes que se dispuseram a estarem compartilhando um pouco de suas vidas em vicissitudes vivenciadas, elas estarão aqui orientadas pelo que Ferreira (2002) constitui como “uma segunda abordagem no campo da história oral”⁶⁵, a ideia de que a utilização das fontes orais são uma elaboração que se dispõe a privilegiar o estudo das representações, relacionando um papel central das relações entre memória e história.

Ao utilizarmos da memória através dos relatos orais de nossos participantes, entendemos que ela tanto pode ter a concepção de uma ferramenta operacional e criativa, quanto também tentaremos problematizá-la com o que afirma Ferreira (2002): “[...]na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós” (Ferreira, 2002, p. 8). Acreditamos sim, que a memória pode nos direcionar às representações do pensar e sentir de uma época em específico, mas entendemos também que a concepção de “memória pura”⁶⁶, é uma ideia que direciona uma problemática, pois relembrar é um ato de coragem e uma ação trabalhosa por demais, principalmente quando já se tentou não lidar mais com aquilo que foi recolhido ou esquecido.

Porém, a utilização da memória se fará presente aqui, permeada da literalidade das atribuições de nossos entrevistados, tentaremos equilibrar com sensatez nossas reflexões

⁶⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, 2002, p. 15

⁶⁶ Fundamentação concebida por BERGSON (1999), ao elaborar a ideia de que existem dois tipos de memória: memória-hábito e memória pura. Guiado pela repetição, a memória-hábito é constituída automaticamente, pela prática vivenciada; já a memória pura é ação ou predisposição independente da consciência de recordar coisas do passado, guardada pelo envolvimento emocional com o fato, sendo ruim ou bom.

historiográficas e as conceituações constituídas até aqui com o que nos foi apresentado no momento mais íntimo de disponibilidade de nossos participantes da pesquisa, mostraremos como os que se disponibilizaram foram escolhidos e o que achamos de mais importante da sensibilidade das falas de cada um, deixando de lado aquilo que foi constatado que não é passível de elucidação em nossa narrativa, mas trazendo a atmosfera, a representação de cada fala e tentando de certa maneira, permeá-la da veracidade e do condicionamento com o que foi passado, ouvido, recebido e absorvido.

4.2 Números que narram histórias

Para que chegássemos nos indivíduos que nos direcionaram um pouco de seu tempo e um reflexo de sua história de vida, encaminhamos anteriormente as entrevistas, um questionário sócio-histórico elaborado para este trabalho, a fim de conhecer as pessoas que dentro do nosso recorte temporal pesquisado, estivessem satisfazendo o nosso perfil constituído, homens ou mulheres, que se identificassem enquanto, pretas, negras ou pardas, com mais de 40 anos de idade, mas que detivessem o elemento cor/raça em sua certidão de nascimento.

Neste questionário, onde fora divulgado nas redes sociais, tais como WhatsApp compartilhando com amigos e Instagram, na divulgação de stories, orientava 10 perguntas que relacionam a forma que conseguimos angariar nossos entrevistados; relacionando o fato da heteroclassificação em suas vidas, e como as questões raciais em detrimento de sua origem e vivência fundamentaram sua identidade individual.

As 5 primeiras perguntas de nosso questionário sócio-histórico, foram pensadas para que mediante as respostas elas nos fornecessem não somente uma noção acerca de quem poderia ser os nossos futuros participantes das entrevistas, mas também para que pudéssemos traçar um “perfil psicológico”, o todo do questionário tinha esta funcionalidade, entretanto, nestas primeiras perguntas a localização de nossos sujeitos, em suas épocas de nascimento, orientação mediante o sexo/gênero, o elemento de cor no documento, o primordial para fazer parte das entrevistas, mas também sua identificação de cor/ou raça e o aspecto de preconceito sofrido, nos fundamentaram a possibilidade perante o que fazer na interação das entrevistas semi-estruturadas. Segue abaixo o quadro explicativo que demonstram as perguntas e os resultados obtidos, referente ao questionário atribuído a pesquisa:

Resultados do Questionário Sócio-Histórico

Perguntas	Respostas	Resultado
Faixa etária	Entre 40 - 50 anos	12 pessoas
	Entre 51 - 60 anos	6 pessoas
	Entre 61 - 70 anos	2 pessoas
	70 anos +	2 pessoas
Sexo/Gênero	Feminino	17 Mulheres
	Masculino	5 Homens
Identificação de cor ou raça, segundo o IBGE	Pardo(a)	11 pessoas
	Preto (a)	10 pessoas
	Branco (a)	1 pessoa
4- Em sua certidão de nascimento, existe a informação de cor/raça como um dos componentes que lhe identificam, caso sim qual?	Pardo	11 pessoas
	Preto	2 pessoas
	Não contém a informação, ou não soube responder	9 pessoas
5- Você já se sentiu vítima de algum tipo de discriminação, em algum período da sua vida? Se necessário, marque mais de uma alternativa.	Em ambientes de estudos	22,7%
	Em ambiente de trabalho	31,8%
	Em ambiente familiar	4,5%
	Em ocasiões sociais, entre amigos, ou local público	45,5%
	Não sofre ou sofreu	22,7%

Fonte: Quadro formulado para o trabalho de TCC - 2024⁶⁷

⁶⁷ Autoria própria

Em números de respostas as mulheres se sobressaíram, os pardos ou melhor, os que se identificam enquanto pardos, também. É interessante pensarmos, que a afirmação da atribuição de autoclassificação feita contemporaneamente, foi e é diferente das identificações do período em que estamos problematizando, não no quesito cor, mas no aspecto psicológico que a identificação deste quesito direcionava, até porque como refletimos no primeiro capítulo, onde problematizamos sobre o pardo nesta constituição de ser na identidade nacional, o mesmo se encontrava intimamente ligado a ambiguidade da “ancestralidade estigmatizada”, mas também na busca perante o “lugar de privilégios dos brancos”.

Nem todas as pessoas que responderam o questionário continham o elemento cor/raça em sua certidão de nascimento como elemento classificador, ou não detinham ou não sabiam se existia no documento, reafirmamos que a legislação que institucionalizou o compartilhamento do fato em território nacional era válido nas diferentes localidades, mas ao percebermos que nem todas as pessoas nascidas dentro do recorte histórico contém este elemento em seu documento, compreendemos as ambiguidades possibilitadas pelo fato existente no período histórico da nação, ora formalizando a civilidade dos indivíduos da nação, pois a certidão de nascimento representava o primeiro registro civil dos recém-nascidos, e ora concebendo a extensão do cumprimento da institucionalização do fato, classificando-os.

Assim como a definição de identidade enquanto conceito, foi pensado por uma sistematização de três esferas, as ressonâncias da heteroclassificação de cor como na construção da identidade dos indivíduos se verão por extensões outras, pois o elemento de cor/raça no documento não demonstra o único meio, ou circunstância para esse desenvolvimento das identidades individuais, mas são ampliadas, nele e por meio dele.

Uma das cinco primeiras perguntas encontradas no questionário, a qual nos direcionaria a reflexão do sentir-se discriminado, nos informou os percentuais estatísticos das respostas feitas, pois os participantes poderiam escolher mais de uma opção para representar suas percepções acerca de discriminações sofridas. Sendo o topo das escolhas “Em ocasiões sociais, entre amigos, ou local público”, a percepção que obtemos é que o entendimento da nação nestes diferentes contextos circunstanciais, aos quais relacionamos no segundo capítulo, apresentam como o desenvolvimento das identidades desses indivíduos de cor foram complexos e se estabeleceram com afinco no sentimento de coletividade, pois no ambiente social, mesmo que entre amigos, ou em local público, as ações ocorriam e elas refletem como foi preciso a atuação de cada junção negra em todo este período, fomentando a discussão no aspecto político, social, econômico, mas também psicológico, formalizando assim o combate contra tais práticas de estigma, preconceituosas, discriminatórias e racistas.

Contudo, nas cinco últimas perguntas, direcionamos questionamentos que fizessem ligação com a formação e o desenvolvimento individual de cada participante do questionário, mas também que nos oferecessem opiniões acerca do pensamento e percepção social de cada um, do que é entendido, socialmente e circunstancialmente em detrimento das relações sócio-raciais no Brasil.

Segunda parte dos Resultados do Questionário Sócio-Histórico

Perguntas	Respostas	Resultado
6- Em sua opinião, a sua cor/raça influenciou ou influenciou em sua formação identitária, no campo social ou cultural?	Sim Não Indiferente	13 pessoas 7 pessoas 2 pessoas
7- "A importância da certidão de nascimento se constitui em relação à cidadania, uma vez que com ela, todo indivíduo passa a ter acesso à saúde, à educação e à justiça". Você se recorda, se a certidão de nascimento tinha ou já teve esta importância como documento, em algum momento de sua vida?	Sim Não Indiferente	20 pessoas 1 pessoa 1 pessoa
8- Ser um cidadão reconhecido por suas características étnico-raciais, mesmo em um país como o Brasil, onde sua população é reconhecidamente mestiça, é importante?	Sim Não Indiferente	22 pessoas 0 pessoas 0 pessoas
9- Você sente orgulho por quem você se tornou através dos anos ou você tem mais arrependimentos do que convicções hoje em dia?	Tenho muito orgulho de mim mesmo Me arrependo por não ter conseguido algumas coisas	18 pessoas 3 pessoas

Perguntas	Respostas	Resultado
	Indiferente	1 pessoa
10- ANALISE AS DUAS FRASES ABAIXO: 1º- "Não há esta história toda de preconceito racial Não há lugar mais para estas discussões Não faz mais a mínima diferença de que cor somos! ... Somos almas e isso basta. Quanto mais combatermos a desigualdade mais estaremos afirmando que ela existe." Elisa Salles 2º- "Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista" Ângela Davis Você tem uma forma de pensamento mais parecida com a primeira frase, ou com a segunda, ou não acredita que elas lhe representam?	1º Frase 2º Frase Nenhuma das duas	5 pessoas 14 pessoas 3 pessoas

Fonte: Quadro formulado para o trabalho de TCC - 2024⁶⁸

Se para alguns, as relações sócio-raciais se fizeram presentes enquanto constituição de si mesmos, para outros o elemento cor, é um dado que o caracteriza, mas diretamente não influencia ou até mesmo não define sua identidade e sua condição enquanto ser social em território nacional. Duas das últimas perguntas a qual direcionamos no questionário, especificamente a pergunta sete relacionada a pergunta de número oito, a qual direcionou a unanimidade das respostas, e esta foi a única com tal caracterização; nos informou acerca da importância da certidão de nascimento, mas também o reconhecimento de sua constituição étnico-racial. Portanto, guiados por tal conjuntura, onde o contexto social e histórico relaciona a heteroclassificação de cor enquanto composição de delimitação racial no contexto que problematizamos aqui, percebemos as ambiguidades do fato em seu processo de desenvolvimento histórico.

⁶⁸ Ibidem

Veremos mais a frente com as falas de nossos entrevistados, esta relação distinta, onde a certidão informava o dado de cor/raça, oriundo da categorização de um familiar ou funcionário do cartório, mas o indivíduo se identificava com outra, quando do seu desenvolvimento enquanto sujeito. E assim, como refletimos sobre a elaboração do pensar e sentir, mas também do se tornar das individualidades ou também das coletividades negras no segundo capítulo, compreendemos que o entendimento orientado é que esta identidade étnico-racial do ser de cor, imputou uma extensão de conflito, e este em detrimento da percepção do passado histórico, e do perceber prático dos símbolos sociais, como a visualização de negros(a) enquanto pobres, guiados pela subalternidade, pelo trabalho serviçal e etc. Mas, também pelo local de possibilidades do mestiço, do menos escuro, ou que detinha a “alma de branco”, pois teria a possibilidade de romper com esta determinação de cor enquanto marca de atraso.

Mas as ressignificações do se pensar negro(a), passaram a guiar uma representação de si e de seu semelhante como algo a transpor o lugar de subalternidade, a condicionar o entendimento que o passado, é uma lástima não no sentido de inferioridade dos que vivenciaram a normatividade do negro enquanto mercadoria e “objeto de trabalho”, mas a compreender a dor, o sofrimento, porém, a estarem atentos a renovar e a produzir novas formatações do se perceber e ser no presente e como expectativa no futuro.

A pergunta dez conteve uma certa formatação distinta das demais, tanto no aspecto histórico, pois direcionou falas que representam formas de pensamento acerca das relações sócio-raciais no Brasil, mas que estão alocadas a um pensamento mais contemporâneo e com isso carregam em si um certo “ar de transposição temporal”, porém, ao pedirmos aos participantes para que analisassem as duas frases e escolhessem entre elas, buscamos nos informar acerca do pensamento de cada indivíduo por meio de sua orientação desses conflitos sócio-raciais, aos quais não chegam a se limitar a esfera de identidade, o que trabalhamos aqui, mas se conecta às múltiplas esferas da vida atreladas a concepção de modernidade.

Esta ação de analisar as frases direcionadas, esteve guiado por meio da relação de memória e a transposição do tempo que falamos anteriormente, pois o relembrar é intimamente caracterizado por uma prática de se pensar em um tempo, estando em outro, influenciado por este outro. Portanto, angariamos os resultados deste questionário, e conhecemos os nossos participantes das entrevistas mediante uma última informação alocada após a conclusão das dez perguntas, pois foi inserido que, se realmente existisse o componente ou elemento cor/raça na certidão de nascimento pessoal, e que o participante do questionário concordando em participar de uma entrevista a fim de auxiliar na conclusão do trabalho de pesquisa que deu origem ao

questionário, ficasse à vontade para inserir seu nome, e número de telefone para que entrássemos em contato, e foi assim que conhecemos e localizamos nossas vozes narrativas.

4.3 Vidas em memória

Falamos na introdução deste trabalho sobre uma das características da identidade nacional como sendo a diversidade étnico-racial de nossa nação, a palavra mestiçagem é o elemento que exemplifica tal afirmação, e tal componente foi possível de ser constatado nas diferentes formas do sentir e lembrar nas vozes de nossos entrevistados. Contudo, a heteroclassificação de cor aqui, será vista como um dos muitos elementos em camadas, problemáticas, das relações sócio-raciais no Brasil, que se constitui como fato marcado no tempo, mas que se entrelaça à formação das identidades individuais dos cidadãos da nação.

Se como refletimos no capítulo anterior sobre as diferentes formas de organização dos negros(a) como maneira de sobrepujar uma subalternidade cultural e desmenbrar o estigma/preconceito/racismo, pois acreditamos que um encaminha-se para o outro; nas falas de nossos entrevistados, passamos a entender o porquê da condição do negro(a) ser orientado através do ideário de luta e ressignificação em um primeiro momento, perante uma postura de assimilação. Uma das falas de nossas entrevistadas, a Jeane Costa Amaral, nos mostra as ambiguidades da percepção identitária relacionada a questão do fato da heteroclassificação, pois ao falar da constituição de sua família, ela afirma:

Bem, eu sou filha de um casal interracial, minha mãe ela se pensava branca né, se colocava como branca, apesar de ter na certidão de nascimento dela parda, mas ela era a que tinha a pele mais clara da família, então era tirada como branca. Meu pai, um homem negro, mas eu sou de uma família típica, neste sentido da negritude em relação a classe por que meu pai tinha uma renda, tinha uma família abastada, tinha posses, eu fui criada num lar, com uma mãe que tentava me fazer de branca, mas eu tinha referência do meu pai negro, e isso me constituiu bastante, porque eu acabei rejeitando um pouco a forçassão de barra da minha mãe. (Jeane Costa Amaral; 06/07/2024)

O local de privilégio, palavra que toma conta de alguns discursos acirrados contemporaneamente, parecem orientar a perspectiva de pensamento de quem estava guiado por este contexto, onde o estigma ainda predominava sobre a imagem e o local de existência destes seres de cor, e como consequência sobre sua constituição identitária étnico-racial.

O mecanismo de assimilação enquanto postura social dos primeiros movimentos negros, referenciam que seguir o padrão existente não era somente uma constituição acerca do “modo certo, de se viver”, mas estava intimamente ligado a ideia de que o padrão para ser aceito, na

sociedade nacional da época, precisava ser por uma elevação do modo de existir guiado por uma cópia. A representação da imagem do negro(a) precisou ser desvincilhada dos homens e mulheres negros(a) do passado, da lástima da escravidão, pois era o que predominava, agora o negro(a) se esmerava no padrão de homem e mulher da sociedade que prevalecia hierarquicamente, mas este padrão era guiado perante as práticas de uma “branquitude”⁶⁹, onde os exemplos de pessoas “bem sucedidas” eram maiores, entretanto, para que em sua identidade e esta uma identidade social, se pronunciasse em concretude, estes indivíduos não somente assumiram um compartilhamento para os futuros negros(a) da nação, mas constituíram a criação de um novo imaginário a respeito de si mesmos, no próprio presente ornamentado e vivenciado.

Entretanto, voltando à mãe de Jeane, verifica-se então o nosso fato como um elemento de orientação que já afirmamos, de constituição ambígua, pois a classificação que fora feita dela, sendo parda, entretanto a mesma se pensava enquanto branca. Tanto a heteroclassificação feita não a definia ou lhe constituía enquanto indivíduo mestiço, como o seu imaginário por outras falas da Jeane que traremos mais a frente, nos irão informar que este tipo de assimilação enquanto conduta individual, não fora feito como um mecanismo somente de defesa, mas orientou-se como certo entendimento de necessidade a ser praticado, “pois realmente é o certo, e o melhor padrão de se viver”.

Se o reconhecimento da mestiçagem enquanto fundamentação étnico-racial se mostrava como um elemento de embate perante os discursos e as prerrogativas ideológicas em detrimento da concepção de identidade nacional, na vida prática ou comum/individual, um padrão de identidade e ele entrelaçado nos aspectos físicos, psicológicos e biológicos, ainda se constituíam, principalmente no avançar da década de 1930 perante o imaginário de identidade de cópia, pois assim como na vida da mãe de Jeane e em possíveis outras situações, o componente de cor inscrito na certidão de nascimento representou somente um elemento de discordância em detrimento do desenvolvimento individual do cidadão, que passaria a se compreender e se autoafirmar.

Para a mãe de Jeane, possivelmente, fora um episódio relatado a nós como algo triste, mas que por intermédio do acontecido direcionou uma percepção para sua mãe perante um

⁶⁹ Conceito social elencado na atribuição da hierarquia de um contingente racial em detrimento de outro, pensado como uma essência constituída como padrão social em predominância. Bento (2022) reflete e compartilha sobre tal construção sócio-histórica, mesmo que se atenha bastante a um olhar bicolor nesta relação sócio-racial no Brasil - BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1°. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 p. ISBN 978-65-5921-232-3.

padrão social de existência, e através deste episódio a Jeane pôde ser conduzida para uma configuração de educação/criação diferente e formativa.

Já a minha mãe, apesar de vir de uma família mais humilde e tudo, eu tenho que agradecer, triste dizer isso, mas eu tenho que agradecer o fato de hoje eu ter mestrado, e doutorado, ter me tornado professora e estudado, ao fato de minha mãe ter sido babá, ela viveu em cárcere privado dos 10 aos 17 anos, dentro da casa da madrinha dela, porque a madrinha dela, pegou ela com 10 anos de um interior, dizendo que iria colocar ela para estudar, e o sonho dela era estudar, o sonho dela era se tornar professora, como a filha da madrinha, que fazia escola normal. Então, ela foi pra casa dessa madrinha e esta madrinha não colocou ela para estudar, colocou ela para ser babá dos 10 aos 17 anos. (Jeane Costa Amaral; 06/07/2024)

A Jeane chega a afirmar que a situação que a mãe passou foi muito triste, porém, mediante a este fato ela “aprendeu a importância do estudo, que via as filhas da madrinha indo para escola, que fizeram escola normal, lá em cachoeira - BA, um lugar que tinha, então ela sonhou isso pra ela, era o que ela queria” (Jeane Costa Amaral; 06/07/2024). O condicionamento não foi atribuído à própria mãe, mas foi direcionado a filha, a Jeane, ela hoje com 50 anos relata em nossa conversa/entrevista, muitas situações que passou para que entendesse a sua constituição, se entendesse enquanto quem seria e o que desejava fazer e ser.

Em sua certidão de nascimento, o elemento alocado é igual ao de sua mãe, a cor/raça parda era o que lhe classificava, entretanto, guiada pela figura paterna do seu pai, a sua constituição teve uma representação étnico-racial influenciada por ele, mas que não foi sendo moldada ou esteve somente orientada pelo fato em sua certidão de nascimento, mas nas diferentes elaborações circunstanciais no tempo de seu desenvolvimento enquanto mulher, que passou a se perceber muito mais que uma mulher mestiça da nação, mas uma mulher negra no Brasil. Compartilhando sobre sua infância, a Jeane chega a narrar:

Minha mãe queria alisar, até 7 anos ela segurou para não alisar meu cabelo, porque o cabelo demarca muito, principalmente a mulher negra, a identificação. Um dia de tanto eu pedir ela deixou eu ir de cabelo solto, e aí quando eu cheguei na escola, eu estava muito feliz, meu cabelo estava despido, molhado, aí com o passar da tarde o cabelo foi inchando, os colegas da sala começaram a me chamar de ‘maria fumaça’, puxar meu cabelo, ‘maria doida’, porque o cabelo estava né kkk... Aí a professora Teresinha, da turma da alfabetização, seis anos, aí ela me colocou no colo dela, assim no meio das pernas dela e penteou meu cabelo, arranhou um pente e penteou meu cabelo, fez uma polpa e amarrou, e não me disse nada, sabe. Ao mesmo tempo que essa ação dela foi um carinho, essa ação também despertou um mal-estar. De por que que aquilo aconteceu? de porque eu não podia ficar de cabelo solto? tipo o silêncio, gerou toda uma angústia que perdurou por toda minha vida, adolescência, pra poder me entender neste processo de ser negra. (Jeane Costa Amaral; 06/07/2024)

A fala da Jeane aqui, faz eco naquilo que refletimos sobre a atuação da memória anteriormente neste capítulo, ao lembrar, tudo o que já foi volta-se, entretanto não de uma maneira concreta, mas é guiado por meio daquilo que se é no presente. A memória da Jeane reflete ainda o que muitas mulheres passaram sim em detrimento de sua estética, sua constituição física/biológica, mas que orientadas pelo imaginário de padrão existente, formataram-se a assimilação não somente social mais de sua própria beleza, cunhada no imaginário em muitos momentos como inexistente. Assim como o cabelo é um demarcador da individualidade de uma pessoa, o abandono dele nestas circunstâncias, estavam atrelados, não somente a escolha pessoal, muito menos por uma logística “para levar o dia-a-dia com mais rapidez e tranquilidade”, estava orientada por meio da constituição imaginária socialmente construída do padrão de beleza correto.

Em outro momento, a Jeane relata mais uma experiência passada, que reflete outra condição onde seu aspecto físico/biológico refletiria, guiado pelo imaginário compartilhado socialmente, de como deveria ser a vivência e a atuação da vida dela, em detrimento de sua individualidade.

Eu me lembro especificamente de uma conversa em relação a cabelo, eu e uma outra amiga, e a gente sentada na calçada, pensando assim ‘e aí quando a gente se casar, como é que vai ser?’, aí ela disse pra mim, porque a gente colocava toca pra ir dormir, a gente colocava bob. ‘Não, a gente faz assim, a gente espera ele ir dormir (o marido), quando ele dormir a gente vai e coloca o bob, coloca a toca, aí a gente acorda mais cedo e tira tudo antes dele acordar’, pense numa tortura uma adolescente parar pra pensar nisso. (Jeane Costa Amaral; 06/07/2024)

Como a formação da identidade é realmente conduzida por diferentes processos que estão atrelados às circunstâncias vivenciadas, as falas da Jeane nos fazem refletir por meio da concepção sociológica da interação simbólica, como um binóculo de condução para o entendimento destas memórias narradas, onde esta identidade em formação ou já formada é integrada através da interação entre o sujeito e a sociedade. Então, aquilo que se desenvolve como identidade individual seria a junção desta relação entre as circunstâncias passadas no meio, neste caso, entre sua mãe, “que tentava lhe fazer de branca”, a figura de seu pai enquanto homem negro, mas a si próprio com suas particularidades fenotípicas, do tom de pele e tipo de cabelo e ainda as experiências vividas no avançar dos anos de sua vida.

Mas isso é expandido também na junção dos gostos pessoais ou as identificações subjetivas, como achegamento perante a uma identidade cultural, aquilo que Hall (2006) reflete em sua obra sobre a “Identidade cultural na pós-modernidade”, afirmando que ela; “[...]preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’; entre o mundo pessoal e o mundo

público” (Hall, 2006, p.11). É o que afirma ainda a Jeane, sobre um momento de sua vida, em sua juventude, onde ela se direciona para elementos da cultura como mecanismo de identificação e definição de si própria, e com palavras fortes relembra outro episódio com sua mãe:

Então, assim, Mainha foi a pessoa mais racista que eu conheci, a minha mãe! Apesar de vir de família negra, ela se considerava branca, então assim a minha mãe me ajudou a me constituir dentro dessa perspectiva psicanalítica da negação, que você nega aquilo que você não aceita, então eu neguei, ela tentava forçar e eu negava. Então eu fui fazer capoeira, fui fazer dança afro. Aí ela dizia, Jeane você parece um menino, você parece um homem, quem já viu fazer capoeira, isso aí não presta, coisas assim. (Jeane Costa Amaral; 06/07/2024)

É preciso que façamos um apontamento histórico sobre esta última fala da Jeane, e aqui não é uma tentativa de justificação acerca do que ela nos informou ou nos relatou com muita sinceridade, o olhar histórico de nossa reflexão aqui, contempla esta situação não menosprezando o que é retratado pela lembrança desta interação conflituosa entre uma mãe e uma filha, mas guiado pelos conflitos em expansão. Sociedade em conflitos sócio-raciais, imaginário social, representação individual, uma mãe e uma filha(pessoalidade); fazemos essa problematização buscando refletir sobre a constituição individual. A história como constituição de análise não nos permite relacionar e sondar as motivações interiores das ações humanas, a história reflete pela concretude dessas ações, os fatos constituídos e os desdobramentos em continuidades ou descontinuidades.

Entretanto, as circunstâncias anteriores a fatos existentes, são em muitos casos as elaborações para o desenvolvimento das ações no presente, e neste “presente”, ou melhor o passado da relação da Jeane e sua mãe, condicionado por estes conflitos entrelaçados pelas construções sociais dessa relação de raças sociais, direcionou em muito os embates na figura da Jeane e sua mãe, que a carregaram a muitas ampliações de dificuldades em sua constituição, onde ela mesmo afirma que “eu só consegui me livrar disso aos 38 anos, quando eu entrei no mestrado”. (Jeane Costa Amaral; 06/07/2024)

Porém, a relação de si mesma em detrimento de uma identidade étnico-racial não estaria somente guiada por meio da relação entre Jeane e sua mãe, mas do compartilhamento das demais vivências em sua vida, como ela reflete, e nos relata em outro momento de nossa conversa:

Meu sonho era ter uma menina, eu queria resgatar essa história com a minha mãe, e poder empoderar essa menina diferente do que eu fui, eu sinto que eu

fui uma luta contra, eu fui sabe, lutando contra correnteza, pra não deixar assim, sucumbir, eu queria uma menina que era uma forma de sublimação, de retratação, de tentar empoderar essa menina como eu não fui empoderada, só que não veio, veio o menino e este menino eu tentei de todas as formas empoderar, e hoje ele é um menino que faz filosofia, que me disse que queria trançar os cabelos aos 12 anos e eu trancei, e que foi pra escola e que não se importa com a opinião dos outros, que usa dreads... que se coloca como negro, tem uma postura firme, que eu não tive e que fui construindo ao longo do tempo, só com 38 anos que eu parei, pois eu acho que parar de alisar o cabelo é uma atitude política, e colocar seu corpo como corpo político, e nesta trajetória hoje, eu me constituo como uma mulher negra que reconhece, que sabe do seu valor, e que todo processo que nos faz pra nos constituirmos enquanto tal, não é fácil, não é leve, é uma coisa dolorosa, é um entendimento sofrido, mas que hoje eu não abro mão. (Jeane Costa Amaral; 06/07/2024)

A Jeane já reflete em sua fala muito dos desdobramentos condicionados pelas elaborações intelectuais mais recentes das ciências sociais e humanas sobre estes conflitos sócio-raciais. Mas essa reflexão feita por ela, em detrimento de suas lembranças dão rumo às ressonâncias do nosso objeto de estudo neste trabalho, pois a sua constituição de identidade étnico-racial entrelaçado a classificação feita de si mesma em sua certidão de nascimento é orientada em detrimento dos diferentes conflitos que ela vivenciou, as suas interações, e suas decisões, o entendimento de se tornar uma mulher negra como ela nos informa, e isto tanto é um descobrimento relacional, como também é uma construção histórica não menos interligada às distintas e amplas experiências das ações humanas na sociedade brasileira.

Mesmo tendo a classificação enquanto parda em sua certidão de nascimento, a sua identificação ficaria na representação do orgulho de se ser negra, claro que a constituição deste desenvolvimento da Jeane está interligada também, as transformações dos discursos e das orientações em relação a composição das épocas, guiando-se entre as questões raciais e a uma constituição de negritude enquanto extensão de uma perspectiva aprimorada de identidade cidadã. Porém, não menos distante dos conflitos que ainda compartilhavam o pesar da identidade do indivíduo de cor da nação.

Mas as ressonâncias da heteroclassificação de cor são distintas, elas compartilham uma ação orientada aos cidadãos da nação como atividade formatada, mas que não se expressam enquanto deterministas, sua extensão fora inserida e conferida em conflito, por conta do quadro existente, no caso, o imaginário social do avançar das décadas, as problematizações da perpetuação do preconceito, da prática do racismo e da dificuldade da representação do exemplo e também do difícil rompimento da cultura de subalternidade. Entretanto, a identidade construída se encontra para além destes quadros, ela é impactada sim, mas sempre compartilha uma elaboração de ampliação, constatamos isso na conversa junto ao nosso entrevistado Odilon

Mateus Bitencourt, o qual nos informa sobre o seio de sua família, e o entendimento das questões raciais em sua vivência pessoal:

Minha família é uma família mesclada, minha mãe é filha de nordestino, branca, minhas tias todas de olhos claros e nossa família sempre foi misturada, obviamente que no seio da família a gente não experimentava isso, acho que de algum tipo de diferença eu passei a perceber na adolescência, na infância não, pois na infância era muito imperceptível, até porque como a gente era muito familiar e por conta desta miscigenação e eu tenho primos claros e tudo mais, meu tios e minhas tias eram todos claros, minha avó também era branca, nordestina, de olhos azuis, a gente não tinha essa questão da cor acentuada no seio da nossa família, acho que na adolescência sim, um pouco mais, na infância não se percebia. (Odilon Mateus Bitencourt; 17/07/2024)

O Odilon é a pessoa mais nova entre os quatro entrevistados, ele hoje se encontra com 45 anos, ao responder o nosso questionário o mesmo confirmou que em sua certidão de nascimento o elemento categorizado existente é o termo “preto”, o mesmo é um homem com a cor da pele preta retinta, localizado em uma outra dinâmica aparentemente de existência. Mais jovem, lidou com muitas das mudanças já pormenorizadas e compartilhadas no avançar dos anos na esfera das relações sócio-raciais e também presenciou mais cedo ao fim da institucionalização da heteroclassificação de cor nas certidões de nascimento, mas que se constituiu enquanto indivíduo da nação em detrimento de sua identidade, muito além dos imaginários sociais construídos, porém, enfrentando outras condições distintas para a sua identificação e identidade pessoal ou subjetividade.

O Odilon descreve a relação de sua constituição identitária muito guiado por um compartilhamento de suas vivências em detrimento do local onde ele nasceu e cresceu, e o que lhe foi direcionado enquanto educação familiar, afirma ainda em nossa conversa que sua origem se deu da seguinte forma:

Eu nasci em uma comunidade da zona norte do Rio de Janeiro, chamada comunidade do Borel, é uma comunidade com índice de violência muito grande, minha mãe era dona de casa, além disso trabalhava pra fora, meu pai trabalhava em lojas automotivas, fazia mecânica em geral, instalação de peças de carro e dentro deste cenário eu fui crescendo ali, junto da companhia dos dois, sou filho de cinco irmãos, dos homens eu sou o mais novo, somos no total cinco, todos os meus irmãos estudaram em escola pública, vivemos uma vida mesmo em uma comunidade onde o índice de violência é alto, criados com todo zelo de um lar onde a educação era prioridade, automaticamente a gente conseguiu aí, não se envolver ou não estar envolvido com alguma coisa errada nesta comunidade, hoje todos os meus irmãos são trabalhadores formais. Basicamente da família quem se formou foi eu, mas eles continuam estudando, são empreendedores ou trabalhando de CLT e tudo mais. (Odilon Mateus Bitencourt; 17/07/2024)

A dinâmica descrita pelo Odilon de sua constituição pessoal, é orientada por meio dos entendimentos que lhe foram conferidos no seu crescimento enquanto indivíduo, “o zelo de um lar onde a educação era prioridade” nos direciona a perspectiva do que ele nos informaria um pouco mais a frente em nossa conversa, pois a questão do se ser, para o Odilon é uma escolha acima de tudo, pois mesmo que ele reconheça que a constituição da identidade de um indivíduo é orientada por diferentes fatores, o qual ele os elenca como “que ela é construída com a história da sua vida, algo relacionado a caráter, postura, você forja sua identidade, e isso a partir das experiências de vida do dia-a-dia” (Odilon Mateus Bitencourt; 17/07/2024); o mesmo concretiza a identidade, e para ele muito mais que uma identidade cidadã, ou étnico-racial, mas é uma prática comportamental, o mesmo afirma que:

Identidade está relacionada a comportamento, e isso a postura e o que você é, e quando a gente fala em identidade, não existe outra pessoa igual a você, você é único, exclusivo e a formação está relacionado exatamente a toda a sua trajetória, e automaticamente ao que você é no presente. (Odilon Mateus Bitencourt; 17/07/2024)

A atribuição da constituição da identidade para o Odilon permeia muito mais do que aquilo que se passa em experiências vivenciadas, mas está cruzada com o que você busca ser, sua escolha comportamental. Para ele, a identidade individual está muito além daquilo que é condicionado socialmente, que você é preto, pardo ou branco, amarelo, ou indígena ou caboclo ou cafuzo, denominações que nem são mais utilizadas na esfera da identificação da mestiçagem nacional, porém, isto é um dos elementos que o faz se perceber e se ater a quem você é, claro que as circunstâncias sociais se tornam derivações para que o indivíduo se identifique, se assemelhe, produza culturalmente, intelectualmente e se defina enquanto indivíduo e cidadão.

O Odilon chega em outro momento a nos orientar como ele enxerga essa interação entre a identidade individual e as questões raciais no Brasil, e o fato da heteroclassificação, o mesmo demonstra não ser formatado por aquilo que se atribuem enquanto classificação ou imputação social de algum gênero ou esfera, mas leva em conta a sua constituição pessoal e sua prática comportamental, onde ele elabora que:

Eu sempre falo pro meu filho, a diferença de qualquer pessoa está na educação, e está naquilo que você constrói e isso você constrói todos os dias, e automaticamente isso vai conseguir refletir na sua vida pessoal. Uma das coisas que eu sempre falo ao meu filho, é que ele tem duas opções, ou ele agora no presente, estuda pouco para lá na frente trabalhar muito e ganhar pouco, então se escolher estudar pouco hoje, ele lá na frente vai trabalhar muito e ganhar pouco, é uma associação que eu faço para ele. (Odilon Mateus Bitencourt; 17/07/2024)

Nesta descrição o Odilon nos oferta uma perspectiva sobre a vida em sociedade guiada pela conquista como a definição daquilo que um indivíduo pode chegar a ser, onde para romper com o imaginário ainda atribuído socialmente aos indivíduos de cor da nação, busca transpassar o quadro de achismos que se perpetua, segundo o nosso entrevistado; e para que este indivíduo de cor da nação rompa com as determinações, agora neste presente, é somente através do esforço pessoal e individual comprometido. Percebemos uma “intercambiação” ou melhor uma substituição nesta narrativa do Odilon, pois em nossos capítulos anteriores onde formatamos um quadro sobre as diferentes mudanças da constituição da identidade coletiva, a própria formulação do que seria a identidade de uma maneira ampla para a perspectiva sócio-histórico, os elementos pensados estavam muito guiados aos fatos já existentes, como a relação de desprivilégio destes indivíduos e a tentativa de fundamentação cidadã por parte deles.

Porém, o elemento prático que o Odilon informa como ensino/conselho a seu filho, representa que, aquilo estava atribuído no passado e prejudicava a formatação da identidade destes indivíduos de cor, tanto por meio das atribuições da heteroclassificação de cor nas certidões de nascimento como também por meio das interações na própria sociedade, mas como as discontinuidades de algumas práticas foram sendo percebidas, a própria instrução e caminhos passaram a estender o pensamento individual, neste caso do Odilon, o pensar em uma prática de escolha que objetiva o mérito, a busca em alcançar novos rumos, onde não se “olhe tanto para a cor, mas para quem eu escolhi ser”, ele nos atribui esta ideia em um trecho um pouco maior, onde relaciona seu trabalho e suas experiências onde vive, em um grande centro urbano, falando que :

O preconceito hoje que existe no Brasil, e também em qualquer sociedade, existe sim fortemente racial, mas é sobretudo financeiro, então hoje um negro que tem dinheiro e boa formação ele vai sofrer preconceito mas talvez menos, porque ele consegue se equiparar e eu falo isso da minha experiência própria, hoje eu trabalho em uma empresa multinacional, tenho alguns anos lá na empresa e já me deparei algumas vezes, e a minha área é área de saúde e já me deparei com alguns médicos em que por vezes tentou por conta da sua posição se utilizar do racismo, só que na minha questão, como eu tenho esta formação, e sempre procuro estudar cada vez mais, eu sempre os coloco na mesma condição que eu. Eles podem ser ricos, podem ter dinheiro, mas o conhecimento que eu tenho eles não tem, então assim, ele é bom na área dele e eu sou bom na minha área, e a minha cor não me diminui em relação ao que eu sei, ou seja por isso que eu falei, o fato de você ser bem informado, o fato de você saber do seus direitos e ter conhecimento, às vezes faz com que uma atitude de racismo, preconceito que existe, não é que vai ser inibida, mas vai ser minimizada, por conta do seu conhecimento, porque o conhecimento é a chave de tudo. (Odilon Mateus Bitencourt; 17/07/2024)

O Odilon já reflete muito mais no presente e o seu futuro como o mecanismo para o rompimento das antigas atribuições que ainda perduram, demonstrando um modo de pensar que seja guiado por meio de sua escolha comportamental, que define sua identidade, e para ele esta é sua identidade étnico-racial, uma identidade ressignificada, “Os lugares que eu vou normalmente, eu sempre me ponho, ou tento estar bem posicionado” (Odilon Mateus Bitencourt; 17/07/2024), o mesmo não demonstra uma característica de soberba ou muito menos de prepotência, mais um entendimento acerca dos quadros do passado, onde suas atitudes no presente que precisam ser feitas para que, os imaginários, os fatos e a normalidade deste passado não seja atribuída ao seu futuro, ao seu filho de maneira mais exemplificada. Verificações que apontam sua própria vivência e seu compartilhar que nos direciona a refletir sobre a identidade étnico-cultural e os desdobramentos da heteroclassificação de cor de uma maneira diferente.

Entretanto, é só modificarmos as circunstâncias e as vivências, que passamos a contemplar novas narrativas, onde os elementos descritos nos orientam a um entendimento distinto, e este exemplo nos foi passado por nossa terceira entrevistada, a Maria Helena Herculano da Silva, onde descreve o seu desenvolvimento enquanto indivíduo, muito orientada pela labuta logo cedo, da necessidade de ajudar na roça a família, a qual nos informou que sua vida foi:

Na infância o que eu lembro é que com 7 anos eu já estava na roça, trabalhando, minha família era constituída por 6 irmãos, 4 mulheres e 2 homens, todo mundo trabalhando na roça, eu moro hoje em Mogeiro-PB, eu vim para esta cidade com 5 anos. Eu estudei naquele tempo até a quarta série. Minha vida era da roça pra casa, pros estudos, me casei aos 31 anos, não casei cedo, me diverti bastante antes de casar. Eu ia muito para as festas em Mogeiro-PB, a gente só ficava na cidade mesmo, o transporte naquele tempo era negativo, quando eu era solteira ainda, sempre trabalhando na roça, no domingo que era a feira da cidade, que eu ia pra feira vender frutas, essas coisas que a gente plantava na roça da gente. A gente plantava feijão, milho, algodão, tinha a horta de coentro, alface, tomate e bastante coisa, tanto para vender, quanto para dentro de casa. (Maria Helena; 21/07/2024)

A apresentação da Maria Helena que ela nos descreve é o retrato de muitas individualidades que foram guiadas por uma vida de labuta desde cedo para ajudar o sustento da família, isso quando falamos em um período da história nacional onde ainda perdurava significativamente a vida na zona rural, principalmente nas regiões mais distantes dos centros urbanos, uma vida guiada pelo sustento e a sobrevivência mediante a “roça”, o plantio de cereais, de legumes e verduras para o alimento próprio ou para a venda com o intuito do sustento financeiro.

Ao nos depararmos com a descrição da vida da Maria Helena, parece que a integração entre os fatos de uma identidade étnico-racial, são elementos de uma outra “sociedade”, pois mediante as necessidades e as experiências descritas, ser neste caso, é ter e este “ter”, é o que mais chega a importar no dia-a-dia, pois é o que condiciona a possibilidade de sobreviver, a Maria Helena nos confirmou que em sua certidão de nascimento, o elemento pardo, como classificação de cor/raça é atribuída a si mesma, porém ela também afirma e com bom humor informa que “Em relação à cor/raça, nunca falaram pra mim não, nunca ouvi, se falaram foi escondido eu não escutei não kkkk”. (Maria Helena; 21/07/2024)

Constatamos então, que assim também como o fato da heteroclassificação direciona uma perspectiva da ambiguidade que já martelamos, e a formação da identidade étnico-racial é um elemento de contraposição coletiva para tal fato e outras práticas de estigma, porém, em muitos casos tal configuração nem tão pouco chegou a ser cogitado por alguns indivíduos, pois a busca de ser cidadão, estava orientada primeiramente na busca do “feijão de cada dia”, mas isso não extingue que existissem sonhos e buscas, contudo, estes sonhos estavam guiados pelo que a identificação pessoal estava orientada, para a Maria Helena era o que ela considerava como “bonito”:

Eu tive um sonho, naquele tempo, de ser policial, eu achava muito bonito a mulher vestida de policial, se eu tivesse estudado, eu teria entrado. Em Mogi, já tinha policial mulher naquela época, eu não consegui terminar os estudos porque não tinha condição de trabalhar e a noite estudar, ficava muito cansativo. (Maria Helena; 21/07/2024)

A Maria Helena, hoje com 58 anos, não demonstra arrependimentos em relação a sua identidade, ou suas escolhas que fizeram ela ser quem ela é, pois como nos afirmou, “A coisa mais importante para mim é a família.” (Maria Helena; 21/07/2024), porém a sua individualidade mesmo tendo trabalhado desde cedo, na roça, mesmo não sendo as questões étnico-raciais algo que direciona, ou muito menos é de seu conhecimento, a individualiza e a particulariza não por meio de uma busca em se ser uma mulher parda ou de se identificar como uma mulher negra, estes elementos não lhe são ferramentas da extensão de quem ela é, a heteroclassificação feita de si, não lhe define como também não lhe é percebido, pois o que importa para ela é o que ela decidiu ser, “[...]eu sou uma pessoa que gosta de trabalhar, sou calma se não bulir comigo, mas se bulir já viu como é, gosto de ajudar as pessoas, se precisar de mim, se eu puder eu ajudo, agora levar desaforo pra casa, eu não levo não” (Maria Helena; 21/07/2024).

Este é o quadro compartilhado pela Maria Helena em detrimento do que ela nos permitiu em conhecer, um pouco de sua vivência e de sua fundamentação enquanto indivíduo da nação, e cada individualidade é una, assim como nos afirmou o Odilon anteriormente, mas avançando em mais uma narrativa, chegamos as reflexões sobre a nossa última “vida em memória”, a Maria das Graças Sousa. A pessoa mais experiente entre nossos entrevistados, hoje tendo 65 anos, relata diversos momentos de sua existência onde em peregrinação, constituiu-se guiada por demasiadas circunstâncias ocorridas e escolhas decididas. Mas em um primeiro momento sobre sua infância, nos informa:

O que me marcou na minha infância foi a minha certidão de nascimento, que até então a gente não era registrado, depois de 7 anos nós fomos registrados, foi quando o patrão do meu pai que ele era o dono do cartório, era o escrivão na época, falou pro meu pai, “mas José como pode eu sendo dono do cartório, escrivão e você com seus filhos até uma data de hoje, sem certidão de nascimento. É uma vergonha! Aí ele fez dos quatro, a certidão de nascimento. (Maria das Graças; 28/07/2024)

A importância do documento da certidão de nascimento para a Maria das Graças, representa em sua descrição como um elemento de transcrição de cidadania, nascida em 1959, a mesma só chega a ser registrada 7 anos depois, no ano de 1966, um fato curioso, refletimos aqui que um dos motivos deste ocorrido poderia ser devido às circunstâncias do se morar em uma zona rural como ela nos informa, nascida em São Domingos no Espírito Santo. A Maria das Graças nos descreveu bastante sobre sua infância, sobre as rotinas na roça trabalhando com sua família, mas começa a nos relatar experiências muito mais significativas a sua identidade quando seu cenário foi mudado, fala que saiu para trabalhar longe dos pais com 15 anos de idade, saindo do Espírito Santo e se mudando para o Rio de Janeiro, relata que:

Cheguei no Rio com 15 anos, eu não achei muito diferente, porque eu ia muito pra cidade (quando morava no Espírito Santo), para casa dos meus avós na cidade, então eu já tinha uma liberdade de ir e voltar sozinha na cidade e morei muitos anos com a minha avó, bastante tempo da minha infância com a minha avó na cidade mesmo, então quando eu cheguei no Rio, não foi diferente, eu logo me adaptei. Eu era doméstica, porque eu não tinha muito estudo né, pra ter um outro emprego, mas esse emprego de doméstica que foi me dando mais liberdade de alcançar coisas melhores. Eu voltei a estudar com 28 anos, fiz o primeiro, o segundo ano e o terceiro ano. Dos 15 aos 28 anos eu trabalhei de doméstica, aí com 30 anos tendo terminado o terceiro ano, eu fui trabalhar em uma empresa de assistente de serviços gerais, depois eu passei a ser telefonista da própria empresa, fui remanejada dentro da própria empresa. (Maria das Graças; 28/07/2024)

A formação de sua individualidade retratando a Maria das Graças, foi sendo forjada pela a necessidade pessoal, do ter que trabalhar logo cedo, mas também do desejo de evoluir, de

conquistar coisas maiores e de vivenciar coisas melhores, contudo, as suas experiências trazem a tona a ampliação das questões sócio-raciais no Brasil, sendo uma mulher que em detrimento do seu documento da certidão de nascimento teve a sua classificação orientada pelo elemento pardo, como cor/raça, a sua percepção acerca da sociedade que a enxergava e direcionava elementos da extensão de estigma estavam atrelados a ocorrências de sua experiência no local vivido, o Rio de Janeiro, onde ela nos informa sobre um período da história da nação que reflete sentimentos distintos sobre muitas individualidades, nos descreve que:

Eu tive medo na época da ditadura, porque muitos deles (policiais) agrediam a gente na rua, então a gente procurava não andar só, andar acompanhado com três ou quatro pessoas, bem próxima da gente. Mas a gente era agredida, principalmente a mulher. Por conta do aspecto político, eles não queriam que a gente ficasse na rua até certa hora, a gente tinha uma liberdade cerceada, uma falsa liberdade. Uma lembrança que eu tenho desse período é dos alimentos, era racionado nos mercados. Só tinha aquilo que você ia levar, um quilo de uma coisa, um quilo de outra, era cinco quilos para cada família, e a gente não tinha liberdade de comprar aquilo que queria, tinha que comprar aquilo que eles queriam, ainda nesta época eu era doméstica. A gente ia pra rua, pras filas 5 horas da manhã e ficava na fila esperando o mercado abrir. (Maria das Graças; 28/07/2024)

As lembranças da Maria das Graças trazem a tona, uma situação distinta do que já verificamos dentre os outros entrevistados, mesmo não sendo um compartilhamento que se entrelaça com nosso objeto de estudo diretamente, as memórias da entrevistada nesta experiência são manuseadas perante a lembrança de um momento de sua vida, onde sua identidade estava condicionada a um cerceamento, e é algo que a mesma volta e meia retrata em suas falas, a palavra liberdade, pois afirma que “identidade é liberdade, não libertinagem” (Maria das Graças; 28/07/2024). E ainda na função profissional de doméstica, residindo na casa de suas patroas, a mesma retrata este período, onde ela mesma buscava um desenvolvimento de si, como um período difícil, afirma ainda que neste momento:

Teve uma época, que não só eu, mas muitas empregadas domésticas a gente sofreu muito preconceito, na questão do trabalho e a cor; acontecia de não deixar a gente passar, acontecia de algum prédio, com algumas portarias assim bem elevadas... Aí não deixava a gente passar, a gente tinha que passar pela portaria dos fundos, lá na garagem, você tinha que dar a volta na garagem pra poder chegar no seu trabalho, não deixava a gente entrar pela portaria da frente, e isso foi até 1984 por aí. Aí depois de 1984, já foram dando mais liberdade pra gente. (Maria das Graças; 28/07/2024)

As condições sociais atreladas a sua identificação física, afirma a Maria das Graças, orientava o olhar social, mas também a possibilidade de se mover neste período e nesta sociedade, a liberdade não era ampla, e isso orientava sua identidade em algo limitador, o

elemento distinto era a condição social, porém, a percepção que sua função profissional e sua caracterização física refletiam uma extensão de preconceito, impossibilitava seu aprimoramento, como afirma que sempre buscou. Porém, ela não desanimou, se casou, mudou de profissão, teve dois filhos, chegou a se separar, mas reflete sobre sua identidade, hoje com 65 anos, mesmo reconhecendo as práticas sofridas de preconceito, em detrimento de sua constituição, como tendo “alcançado sua liberdade”.

Aqui então encerramos este capítulo, onde buscamos refletir e verificar as ressonâncias da heteroclassificação de cor em detrimento da formação e construção de uma identidade étnico-racial do ser cidadão no Brasil, as demasiadas experiências das vivências de nossos entrevistados, nos ampliaram a percepção sobre o fato institucionalizado, orientando que a composição das épocas, condicionou uma percepção até mesmo de “cumprimento de dever cívico”, em relação ao elemento da cor para a completude do documento da certidão de nascimento; isso não apaga sua ambiguidade e nem o define simplesmente como um fato maniqueísta, mas nos orienta que as questões sócio-raciais no Brasil estão longe de serem destrinchadas e compreendidas completamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa concluída nestas últimas linhas condiciona um compartilhamento constituído angariado devido as diferentes reflexões, algumas angústias, ansiedades, incertezas, mas que se condicionaram como a vida a ser vivida, guiada por diferentes elaborações. Portanto, podemos afirmar que a existência deste trabalho se encontra alocada por um enredo aparentemente contido em cinco atos, como em um espetáculo teatral.

Em nosso primeiro ato, tentamos relacionar uma exposição imagética, acerca do que realmente estaríamos problematizando, um fato em análise, um condicionamento formativo e uma constituição desenvolvida. A introdução não somente interpretou uma ideia de apresentação e iniciação do espetáculo, mas também direcionou as circunstâncias em que o compartilhamento da história a ser contada seriam encaminhados, falamos na introdução sobre as características da identidade nacional, especificamente a miscigenação, elencamos os recortes da construção da nação, por meio das relações que não foram “passivas e nem ordeiras”, problematizamos o constituir-se da identidade nacional e suas problemáticas existentes na esfera psicológica.

A partir daí, o protagonista entrou em cena, entrelaçado pela idealização de igualdade e representatividade, mostrando o seu fim antes do seu começo, a Constituição Federal de 1988 e as legislações que institucionalizaram o fato anteriores a esta data. Mas ele não somente flertava com o seu fim, mostrava também que o roteiro direcionava como objetivo a relação dele mesmo, o fato, ou melhor a Heteroclassificação de cor, feita por meio dos assentos de nascimento sendo vislumbradas em meio a construção da identidade étnico-racial do negro(a) em território brasileiro. As cenas deste primeiro ato trouxeram fundamentação e conhecimento dos caminhos a serem percorridos nos atos posteriores deste espetáculo, fundamentação teórica e metodológica foram descritas ainda nesta iniciação, mas elas não podem ser menos desinteressantes do que os propósitos, do caminho, das problemáticas e das resoluções, “mesmo sendo o fim das coisas, bem melhor que o início delas”⁷⁰.

No segundo ato, a ação deu-se a crescente, pois uma percepção esquematizada foi sendo refletida, a ideia de olhar para trás passou a ser um caminho para prosseguir adiante, e se “recordar é viver” uma ótica acerca do que é identidade fez um monólogo. A construção desta identidade, guiou-se em esferas, em sistematizações; sendo elas social, psicológica e biológica, e todas elas com suas danças que compartilharam uma extensão de definição, sobre influências

⁷⁰ Eclesiastes 7:8

de representações, de personalidade e determinações, mas também de aparência e constituição física.

Posteriormente, a miscigenação volta ao palco, traz consigo o que a história tem muito de importante, as esferas temporais, o passado, o presente e uma expectativa de futuro, onde preconceitos e estigmas são relatados e passam a ser considerações não de improvisação, mas de uma determinação que estará em todo este espetáculo. Mas se a apresentação neste segundo ato se encontra agora perto de um clímax, a definição ainda está atrelada a um “não reconhecimento de muitos afro-brasileiros enquanto negros”.

Mas o ato continua, e agora parece que estamos perto de descobrir o que realmente o protagonista é, ele se apresenta por uma definição, “uma prática classificatória”, não se pode verdadeiramente percebê-lo como vilão? mas um mocinho ele com certeza não é. Talvez ele buscou ser uma coisa, mas prosseguiu, cresceu e se tornou somente um “anti-herói”, aquilo que não é inerentemente mal, porém, seus atos e práticas são demasiadamente questionáveis. Então, ele mostrou seu desenvolvimento durante os anos, seu crescimento e amadurecimento, suas ações contestadas na sociedade nacional, mas neste fim de segundo ato ele foi realmente desmascarado, ou melhor, conhecido definitivamente, ele é um anti-herói, participante enquanto fato dentre muitos vilões, vítimas e heróis que tornam o real, muito mais do que uma ficção construída.

Mas o terceiro ato começa, e carrega consigo lembranças. Memórias que compartilham exemplos, mas também questionamentos, que são vislumbradas por lentes distintas umas das outras, mas que permitem que vejamos as paisagens da assimilação, integração e da diferenciação.

A FNB, o TEN e o MNU são trazidos como trilhas sonoras, fomentando melodias que encaminham a reverberar tristezas, alegrias, anseios, indignações, esperanças, expectativas, equidade e igualdade. Mas entrelaçado a isso tudo, se encontrava um instrumento desafinado, as circunstâncias de 1938-1944, mas também os desdobramentos pós-1964, podemos dizer que era um piano que ressoou, bradou, buscou acompanhar a melodia, mas parecia que havia esquecido de participar do ensaio, não desejou e nem quis parar de tocar, aparentemente sua hierarquia passou a predominar, e ele afinando-se novamente, preencheu o ambiente com suas notas singulares, períodos de interferência sonora na busca por harmonia, mas que teve fim, não deixando é claro, de sonorizar e atrapalhar a experiência dos participantes do espetáculo.

Porém, o nosso quarto ato que deveria chegar com ação de queda, sem tantas expectativas, se propôs a ser aclamado, pois a caça que um dia nunca pôde ter tranquilidade, por conta do caçador, agora pode refletir, rir, relembrar e contar um pouco das fugas nas

circunstâncias da temporada de caça. Eles se mostraram sensíveis, e suas memórias foram vozes narrativas que direcionaram um pensar e um sentir de quem agora poderá conhecê-los. Jeane Costa Amaral, Odilon Mateus Bitencourt, Maria Helena Herculano da Silva, Maria das Graças Sousa, foram a telas que se apresentaram no palco, mas que representam muito mais do que as 22 pessoas contando com eles, que estiveram no backstage deste espetáculo, pois se proporem a contribuir e cada um com sua participação pode e deve estar sendo lembrado nos pós créditos, mas ainda o espetáculo não terminou, a resolução se encontra no quinto ato.

O fim desta peça está chegando, mas antes de terminarmos esta representação é preciso que algumas problematizações sejam compartilhadas. O Brasil é um país da mestiçagem existente, historicamente construída, socialmente vivenciada e culturalmente desenvolvida, se nosso enredo era analisar a heteroclassificação de cor em sua prática, circunstancial e temporal e tentar perceber uma certa contribuição na construção da identidade étnico-racial, parece que esta contribuição é pouco percebida na esfera prática, porém, ela é sim percebida no entrelace da esfera simbólica e a partir daí fomentou a prática.

A identidade dos indivíduos negros(a) e mestiços da nação, são divididos em momentos históricos, nos fazendo perceber os desenvolvimentos, a continuidade e descontinuidade de diferentes maneiras, nos modos de pensar e sentir, e nas formas de compartilhamento, do se ser cidadão, na fundamentação de emancipação e na ressignificação das determinações construídas e colocadas enquanto definitivas.

A essência, a motivação e a intenção destes indivíduos neste recorte que nosso enredo perpassa se encontravam ligados a uma cultura de subalternidade, onde antídotos foram formulados, alguns angariaram vitórias, outros condicionam possivelmente problemáticas, porém o “historiador/dramaturgo” não faz prenúncios, mas a história aponta erros que se desenvolvem, onde percepções conduzem perspectivas demasiadamente legitimadas.

Não foi pretendido aqui guiar-se por uma perspectiva do identitarismo, nem tampouco da decolonialidade, mas era desejado conhecer, entender e reconhecer as circunstâncias ocorridas, os males produzidos, os desenvolvimentos contrapostos e a expectativa e esperança de mudança. Este trabalho esteve alocado em um recorte temporal, o século XX, o XXI entretanto, já carrega distintas e amplas mudanças no se definir dos indivíduos, alocando múltiplas ideias, onde negros seguem uma negritude, pardos são “pardificados”, heteroidentificados em bancas de aprovação definindo ou desaprovando sua identificação de cor ou raça, ou talvez a tentativa de uma falsificação, produzem-se cultura e afirmam que honram esta cultura, se a identidade nacional é importante e a individual necessária, parece que elas sempre estarão no ringue, é identidade nacional versus identidade étnico-racial, mas tudo

isso podem ser cenas de um próximo espetáculo. Fiquemos, portanto, com um marco final: o fato em questão, isto é a heteroclassificação de cor é sim uma construção histórica, socialmente desenvolvida e culturalmente ressignificada, como a identidade é formulada também desta maneira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. 1º. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 196 p. ISBN 9788522510436.
- ANDRADE, José Maria Vieira de. **Cidadania e questões raciais na produção intelectual de Clóvis Moura, na segunda metade do século XXI**. História Cultural: Escritas, circulação e recepções, São Paulo – SP, p. 1 - 14, 2014.
- ANDRÉ, Maria da Consolação. **Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o “ser negro” no Brasil**. Boletim Academia Paulista de Psicologia, [s. l.], p. 1 - 17, 2007.
- BACELAR, Jeferson Afonso. **Brasil, um país de negros?** [S. l.]: Pallas, 1999. 284 p. ISBN 978-8534702157.
- BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: A partilha do saber histórico na historiografia contemporânea**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, [S. l.], p. 8, 15 jun. 2005.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1º. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 p. ISBN 978-65-5921-232-3.
- BERLATTO, Odir. **A construção da identidade social**. Revista do Curso de Direito da FSG, [s. l.], p. 1-11, 2009.
- BOLSANELLO, Maria Augusta. **Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras**. Educar, Curitiba, n. 12, p. 1 - 13, 1996.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou, ofício do historiador**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001. 159 p. ISBN 978-85-7110-609-3.
- CASTELAR, Marilda; OLIVEIRA SANTOS, Carolina Conceição de. **Relações Raciais no Ensino de Psicologia: uma experiência de sensibilização**. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, [s. l.], p. 1 - 12, 2012.
- CARVALHO, Virgínia Donizete de; BORGES, Lívia de Oliveira; RÊGO, Denise Pereira do. **Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em psicologia social**. Psicologia, Ciência e profissão, [s. l.], p. 1 - 16, 2010.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica**. 1º. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 136 p. ISBN 978-85-225-0882-2.
- CORREA, Amélia Siegel. **Interacionismo simbólico: raízes, críticas e perspectivas atuais**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS, [s. l.], p. 1 - 25, 2017.
- COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado, [s. l.], v. 31, ed. 1, p. 1 - 10, 2016.
- DANTAS, Carolina Vianna. **A nação entre sambas, cordões e capoeiras nas primeiras décadas do século XX**. ArtCultura, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 85-102, 2011.

DIAS, Matheus Felipe Gomes. **A Frente Negra Brasileira: Institucionalização, contestação e fascismo**. PráxisComunal, [s. l.], v. 2, ed. 1, p. 1 - 17, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, [s. l.], p. 1 - 23, 2007.

ENNES, Marcelo Alario. **Interacionismo simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários**. Perspectivas, São Paulo, Unesp, p. 1-20, 2013.

FANON, Frantz. **Racismo e Cultura**. Revista convergência crítica, [s. l.], n. 13, p. 1 - 13, 2018.

FAVORETO, Aparecida; Da Silva, Alline Camila; Souza, Andressa Débora de OLIVEIRA; Santos, Carolaine Souza; da Mota, Rafael Aparecido. **O movimento social negro: sua origem e reconfiguração na história brasileira**. Akropolis, Umuarama, [s. l.], p. 1 - 11, 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, p. 1 - 19, dezembro de 2002.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. **As relações cotidianas e a construção da identidade negra**. Psicologia: Ciência e profissão [s. l.], p. 1-16, 2011.

FILHO, Eduardo Tomasevicius. O legado do código civil de 1916. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [s. l.], v. 111, p. 1 - 16, 2017.

FONTES, Guilherme Alexandre Gonçalves; SANTANA, Mariana Valadares Macedo de; SARDINHA, Luís Sérgio; LEMOS, Valdir De Aquino. **As relações entre representação social, representatividade e identidade negra**. Revista Diálogos Interdisciplinares, [s. l.], p. 1 - 10, 2020.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. **Movimento Negro Unificado e Política: sobre a possibilidade de apreender militantes como protagonistas políticos (1978-1988)**. Identidade, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 1 - 10, 2016.

GÓES, Juliana Moraes de. **Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil**. REVES - Revista Relações Sociais, Amherst, MA 01003, Estados Unidos, p. 1 - 22, 2022.

HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Morte e Progresso: Cultura Brasileira como Apagamento de Rastros**. São Paulo: UNESP, 1998. 143 p. ISBN 8571391963.

JUNIOR, Luiz Carlos Silva Faria; Siqueira, Lia Maria Manso. **Consciência negra e comunidade ética de reconhecimento: um caminho por Hegel, MUNANGA e FORST**. Anais do V seminário direitos, pesquisa e movimentos sociais, [s. l.], p. 1 - 12, 2013.

LAHAYE, Tim. **Temperamentos transformados**. 2º. ed. rev. [S. l.]: MUNDO CRISTÃO, 2008. 161 p. ISBN 978-85-7325-534-8.

LANNES, Laiana. **A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos 1930**. Dissertação de Mestrado em História Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2002.

LARA, Silvia Hunold. **Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**. Proj. História, São Paulo, v. 16, p. 1 -14, 1998.

LIMA, K. R. de S. (2017). **Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes**. *Revista Katálysis*, 20(3), 353–362. <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p353>

MARA, Eduardo; SILVA, Túlio Batista da. **A Segunda Abolição: notas sobre raça e classe na formação social brasileira**. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, p. 1 - 19, 2021.

MEDEIROS, Elisandra Rodrigues de. **Reflexões Teóricas Sobre o Mito da Democracia Racial e a Tentativa do Branqueamento da População Brasileira**. Revista Científica Fesa, [s. l.], v. 1, ed. 9, p. 43 - 56, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?** Revista da ABPN, [s. l.], p. 1 - 9, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões**. ESTUDOS AVANÇADOS, [s. l.], p. 1 - 16, 2004.

NICOLAZZI, Fernando. **História das mentalidades e história cultural**. Revista Vernáculo, [s. l.], p. 1 - 13, 2015.

NOGUEIRA, O. (2007). **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. *Tempo Social*, 19(1), 1– 22. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>

OLIVEIRA GONÇALVES, Luiz Alberto; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **O jogo das diferenças: O multiculturalismo e seus contextos**. 4º edição. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 111 p. ISBN 8586583197.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural: Uma perspectiva histórico-crítica**. [S. l.]: Dandara, 2021. 204 p. ISBN 9786588586068.

OLIVEIRA, Paulo Edison de. **O sistema de classificação de cor e raça do estado brasileiro na formação da identidade afro-brasileira**. 2017. 117 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, [S. l.], 2017.

POUPART, Jean. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

RIOS, Flávia. **Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e estado**. Tese de Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

RISÉRIO, Antonio. **Mestiçagem, identidade e liberdade**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2023. 365 p. ISBN 978-65-5897-024-8.

ROMERO, Sylvio. **Provocações e debates: (Contribuição para o estudo do Brazil Social)**. [S. l.: s. n.], 1910. 416 p.

SANTOS, José Antônio dos. **Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil**. *Historiæ*, [s. l.], v. 2, ed. (3), p. 143 - 160, 2012.

SILVA, Aline Alves da; JUSTINA, Lourdes Aparecida Della. **História da Ciência em Livros Didáticos de Biologia: Os Conceitos de Genótipo e Fenótipo**. *Alexandria - Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, [s. l.], v. 11, ed. 1, p. 333 - 357, 2018.

SILVA, Nilsilenis Barbosa; VIEIRA, Rosana Figueiredo. **Além da cor da pele: Uma análise psicossocial acerca da formação da identidade negra no Brasil**. *Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, [s. l.], v. 3, ed. 6, p. 1-20, 2018.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **Frantz Fanon e o ativismo político-cultural negro no Brasil: 1960/1980**. *Estudos Históricos*, [s. l.], v. 26, n. 52, p. 1 - 22, 2013.

SOBRINHO, Gilberto Alexandre. **O legado do Teatro Experimental do Negro (TEN): lições de estética, política e comunicação**. Conceição, Campinas, SP, p. 1 - 24, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 171 p. ISBN 978-65-5979-029-6.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. **A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [s. l.], v. 37, p. 172-185, 2017.

TAMANO, L. T. O. (2022). **O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929): as discussões em torno da eugenia no Brasil**. *Tempo*, 28(3), 31–55. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280302>

TELLES, E. E. **Identidade racial, contexto urbano e mobilização política**. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, 1996. DOI: 10.9771/aa.v0i17.20860

VEIGA, Lucas Motta. **Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta**. *Revista de Psicologia*, [s. l.], v. 31, p. 244-248, 2019.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; ANDRADE, Juliana Alves de (org.). **A busca do outro e de nós: Um projeto de história oral para o campo do ensino de história**. 1ª Edição. ed. [S. l.]: Associação Brasileira de Ensino de História, 2022. 77 p. ISBN 9786599286537.

FONTES

Apêndice A - Sites utilizados na pesquisa:

<https://www.camara.leg.br/>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Zeitgeist> / <https://www.significados.com.br/zeitgeist/>

<https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/64916/>

https://www.geledes.org.br/entenda-o-que-foi-a-frente-negra-movimento-pioneiro-criado-ha-90-anos/?amp=1&gad_source=1&gclid=CjwKCAjwjeuyBhBuEiwAJ3vuoTtOWQbHiDo52a5zqdZO827z7E7-wp1gn1TT0jrSVB7YVCL7fo7aRoCl7QQAuD_BwE

<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/vanderlei-de-souza-lanca-livro-sobre-renato-kehl-e-a-eugenia-no-brasil>

<https://www.ojornalquilombo.com.br/p%C3%A1gina-inicial>

<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399330/teatro-experimental-do-negro-ten>

<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/teatro-experimental-do-negro-ten>

<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-que-me-preocupa-nao-e-o-grito-dos-maus-mas-o-silencio-dos-bons>

<https://museudeartedorio.org.br/programacao/um-defeito-de-cor/#:~:text=O%20defeito%20de%20cor%20era,como%20pouca%20intelig%C3%A2ncia%2C%20por%20exemplo.>

<https://biton.uspnet.usp.br/imprensa negra/>

<https://ipeafro.org.br/acervo-digital/documentos/antecedentes-do-ten/frente-negra-brasileira/>

Apêndice B - Registro das Entrevistas Realizadas:

Jeane Costa Amaral, entrevista concedida em 06/07/2024.

Odilon Mateus Bitencourt, entrevista concedida em 17/07/2024.

Maria Helena Herculano da Silva, entrevista concedida em 21/07/2024.

Maria das Graças Sousa, entrevista concedida em 28/07/2024.

Apêndice C - Roteiro das Entrevistas feitas com os participantes da pesquisa

- 1- O que você considera como mais importante, quando escuta a palavra identidade?
- 2- Você já teve medo em sua vida, em relação a mobilidade social? (deslocamento de indivíduos e grupos entre posições socioeconômicas diferentes)
- 3- Você se orgulha da sua constituição pessoal, no caso, de suas origens antepassadas?
- 4- Qual foi a maior dificuldade que você considera que enfrentou durante a vida?
- 5- Se lhe perguntarem quem você é, o que você diria?
- 6- Como você enxerga as questões raciais no Brasil?
- 7- O que mais te marcou na vida, até agora? (Experiências boas e ruins)
- 8- Alguma vez você já se sentiu desconfortável em relação a olhares ou expressões faciais de outras pessoas em relação a você, mesmo não tendo escutado nada diretamente contra você?
- 9- O que você acredita ser mais diferente da sua juventude para os tempos atuais em relação às novas gerações, quando se fala em conflitos raciais?
- 10- Você acredita que um dia os conflitos raciais brasileiros podem chegar a ser bem pequenos ou não existirem mais?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRPGP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: HETEROCLASSIFICAÇÃO DE COR: Assentos de nascimento e a construção da identidade étnico-racial do negro(a) em território brasileiro

Pesquisador: Gildivan Francisco das Neves

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 80040824.6.0000.5187

Instituição Proponente: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.885.930

Apresentação do Projeto:

O presente trabalho visa analisar a heteroclassificação de cor nos assentos das certidões de nascimento avaliando sua contribuição na formação e construção de uma identidade étnico-racial.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar de que modo a heteroclassificação de cor nos assentos das certidões de nascimento a partir da inserção nas legislações cívicas posteriores ao código civil de 1916, contribuem na formação e construção de uma identidade étnico-racial.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto de pesquisa em análise apresenta risco mínimo de acordo com a Res. 466/12, portanto não oferecem riscos a integridade física e/ou moral dos participantes, também consta que os vários benefícios enumerados no projeto, aos quais concordamos plenamente, que se contrapõem de forma efetiva aos possíveis riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O texto do TCLE não afronta a resolução 510/2012 do CNS/MS, estando em consonância com os princípios éticos defendidos pelo CEP.

Os demais documentos apresentados estão em adequada obediência as resoluções 466 e 510/12 do CNS, robustecidos a partir de um projeto relevante para o estudo e enfrentamento

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRPGP**



Continuação do Parecer: 6.885.930

da busca ideal da condição formativa dos acadêmicos do curso de graduação em Licenciatura em História da UEPB beneficiando a área atual e correlata de pesquisa.

A referida pesquisa beneficiará os participantes envolvidos, na medida em que instrumentaliza os conhecimentos dos estudantes, ora imperceptíveis aos mesmos, favorecendo, também, aos docentes que trabalham com o tema. E ainda, contribui para agregar conhecimentos para a referida área de estudo a partir do tema.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os seguintes Termos de Apresentação Obrigatória: 1) cronograma; 2) termo de concordância do projeto, 3) termo de responsabilidade do pesquisador, 4) folha de rosto, 5) projeto detalhado, 6) TCLE, 7) termo de autorização institucional, 8) informações básicas do projeto, 9) comprovante de envio do projeto e 10) questionário a ser aplicado aos participantes foram devidamente apresentados, conferidos (textos, obediência às resoluções e assinaturas) e aceitos, porque não apresentam inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa encontra-se sem pendências, portanto sou de parecer favorável a execução na íntegra de seu cronograma de atividades.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2327075.pdf	21/05/2024 22:01:24		Aceito
Outros	TAI_JOSE_MATHEUSASSINADO.pdf	21/05/2024 22:00:26	Gildivan Francisco das Neves	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2327075.pdf	26/04/2024 15:38:30		Aceito
Folha de Rosto	FolhaderostoMatheusassinada.pdf	26/04/2024 15:35:43	Gildivan Francisco das Neves	Aceito
Outros	Questionario_socio_racial.pdf	19/04/2024 15:45:35	Gildivan Francisco das Neves	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista_TCC_Jose_Matheus.pdf	19/04/2024 15:43:44	Gildivan Francisco das Neves	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_do_pesquisador_responsavel.pdf	19/04/2024 15:42:46	Gildivan Francisco das Neves	Aceito

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA - UEPB / PRPGP**



Continuação do Parecer: 6.885.930

Declaração de concordância	DECLARACAO_DE_CONCORDANCIA_COM_PROJETO_DE_PESQUISA_assinado.pdf	19/04/2024 15:40:03	Gildivan Francisco das Neves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_Jose_Matheus19042024.pdf	19/04/2024 15:39:23	Gildivan Francisco das Neves	Aceito
Orçamento	Cronograma_orcamentario.pdf	19/04/2024 15:39:00	Gildivan Francisco das Neves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_TCC_Jose_Matheus.pdf	19/04/2024 15:38:39	Gildivan Francisco das Neves	Aceito
Cronograma	Cronograma_trabalho_Jose_Matheus.pdf	19/04/2024 15:37:14	Gildivan Francisco das Neves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 13 de Junho de 2024

Assinado por:

**Gabriela Maria Cavalcanti Costa
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br